



Demonstrações Contábeis Completas em IFRS

30 de Junho de 2012

ITAÚSA

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a junho de 2012**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a junho de 2012, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas nesta data à CVM e à BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards) e normas estabelecidas pela CVM.

1) DESTAQUES**Itaúsa**

Na edição de 2012, da revista Exame Melhores & Maiores, divulgada em julho, a Itaúsa figurou na sexta posição em vendas líquidas entre os 200 maiores grupos empresariais do País, com receitas totais de R\$ 56 bilhões.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 26.04.2012 deliberou-se aumento do capital social em R\$ 500 milhões com integralização em dinheiro e/ou compensação com créditos originários de juros sobre capital próprio complementares declarados em 29.02.2012.

Considerada a grande volatilidade do mercado de capitais, reflexo da crise financeira europeia, que provocou a queda generalizada na cotação das ações no mercado de valores mobiliários, incluindo os papéis de emissão da Itaúsa, as sobras de subscrição representaram 17,73% do total de ações a serem emitidas. Em decorrência desse fato, em AGE de 06.07.2012 deliberou-se pelo cancelamento da chamada de capital. A devolução aos subscritores foi efetuada em 16.07.2012, sendo os valores atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic.

Levando em consideração o incremento de recursos disponibilizados pela Itaúsa aos seus acionistas, o Conselho de Administração deliberou, em reunião de 26.06.2012, que não serão declarados juros sobre o capital próprio complementares relativos ao primeiro semestre de 2012, tradicionalmente antecipados aos acionistas no mês de agosto. Desta forma, o fluxo líquido na visão caixa dos acionistas representou um montante adicional de aproximadamente R\$ 205 milhões, conforme abaixo indicado, e que eventualmente poderá ser compensado, em fevereiro de 2013, por ocasião da declaração anual dos juros complementares referentes ao exercício de 2012:

Eventos	Valores líquidos (R\$ milhões)
Juros complementares declarados em 29.02.2012 no montante de R\$ 505 milhões, para pagamento/compensação em 08.06.2012 no aumento de capital de R\$ 500 milhões, cujas parcelas integralizadas foram restituídas aos subscritores em 16.07.2012.	500 (a)
Não declaração/pagamento de juros complementares referentes ao 1º semestre/2012, cujo valor foi estimado utilizando-se os mesmos parâmetros de 2011.	295 (b)
Montante líquido adicional destinado aos acionistas	205 (a-b)

Em 13 de julho de 2012, a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante emissão de Notas Promissórias, no montante total de R\$ 400 milhões, com remuneração de 104,40% do CDI, com opção de resgate antecipado, parcial ou integral, a seu exclusivo critério, a partir do 31º dia e vencimento em 28 de março de 2013. Os recursos captados serão destinados ao reforço do capital de giro da Itaúsa.

Itaú Unibanco Holding

Em 10 de julho, o Itaú Unibanco celebrou contrato de associação com o Banco BMG S.A. para oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados no território brasileiro. A associação será estruturada como um novo negócio – Banco Itaú BMG Consignado S.A. –, com capital social inicial de R\$ 1 bilhão, no qual o Itaú Unibanco deterá o controle (70% do capital social total e votante), e o BMG manterá os 30% remanescentes. As operações de crédito consignado feitas por meio de agências para os clientes Itaú Unibanco continuarão operando independentemente da associação. O Itaú proverá, pelo prazo de cinco anos, parte dos recursos financeiros para a operação de crédito consignado do BMG, no valor mensal de até R\$ 300 milhões. A intenção é efetivar a associação no prazo de 90 dias, condicionada ao cumprimento de condições precedentes e da aprovação dos órgãos reguladores competentes.

Outros importantes eventos societários marcaram o primeiro semestre do ano:

Redecard – A conclusão da Oferta Pública de Ações (OPA) está condicionada à (i) aceitação ou (ii) concordância expressa com o cancelamento do registro por mais de 2/3 das ações em circulação, assim entendidas como as ações da Companhia em circulação detidas por titulares que concordarem expressamente com o cancelamento do registro da Companhia ou se habilitarem para o leilão da OPA, nos termos do Art. 16, II da Instrução CVM nº 361/02. O lançamento da OPA está sujeito a (i) aprovação dos órgãos reguladores, (ii) condições de mercado, e (iii) os termos da minuta do Edital, em especial a seção 3.7 – “Condições da OPA”, conforme disponibilizado no site de relações com investidores da Redecard em 22 de junho de 2012 e protocolado na CVM.

Venda do BPI – Em abril de 2012, foi vendida a totalidade da participação no Banco BPI (18,87% no capital social) ao Grupo La Caixa, maior acionista do BPI. Em consequência da operação, o Itaú Unibanco registrou um impacto positivo de aproximadamente R\$ 124 milhões no patrimônio líquido consolidado e um efeito negativo, não recorrente, de R\$ 186 milhões no lucro líquido contábil do primeiro semestre de 2012.

Aquisição do Banco Carrefour – Em 31 de maio, o Itaú Unibanco adquiriu, indiretamente, após ter obtido a autorização do Banco Central do Brasil, ações que representam 49% do capital social do Banco CSF S.A. (Banco Carrefour), responsável pela oferta e pela distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição operados com a bandeira Carrefour no Brasil. Nove comissões internas foram formadas para o levantamento de sinergias, já identificadas até o momento nas áreas de Atendimento, Crédito e Custos.

Conclusão da venda da Orbital – A venda da processadora de cartões Orbital para o Grupo Stefanini foi concluída, sendo que o resultado final da transação tende a ser neutro, considerando-se as condições contratuais estabelecidas.

Duratex

A Duratex realizou, em maio, dois movimentos estratégicos que deverão contribuir para seu melhor posicionamento em relação à concorrência:

- Acordo para a subscrição e a aquisição de participação relevante (até 37%) na Tablemac, líder do mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira de MDP, o que garantirá posição majoritária no capital da empresa e importante diversificação geográfica em mercado considerado promissor;
- Aquisição da unidade de fabricação de válvulas industriais (Metalúrgica Ipê, Mipel) da Lupatech localizada em Jacareí (SP), que garante o ingresso no segmento de válvulas industriais, além da possibilidade de aumentar rapidamente a produção de válvulas Deca.

O investimento será de aproximadamente R\$ 160 milhões na Tablemac e de R\$ 45 milhões na Mipel, ambos com desembolso no terceiro trimestre. A Duratex poderá ainda elevar para 47% a sua participação acionária na empresa colombiana, no espaço de 24 meses, caso decida exercer o direito de subscrição de ações.

Além disso, no primeiro semestre de 2012 os investimentos voltados à expansão orgânica das operações somaram R\$ 328 milhões, destacando-se: (i) a nova planta de MDF em Itapetininga/SP; (ii) unidade de louças sanitárias localizada em Queimados/RJ; (iii) unidade de metais sanitários em Jundiaí/SP; e (iv) plantio e manutenção florestal.

No ano de 2012, os investimentos deverão atingir aproximadamente R\$ 860 milhões, incluídas as aquisições realizadas.

Elekeiroz

No primeiro semestre foram investidos R\$ 21 milhões, destacando-se: (i) o projeto de ampliação de capacidade da unidade de resinas de poliéster insaturado em Várzea Paulista, com término previsto para o terceiro trimestre, no valor de R\$ 11 milhões; e (ii) programas e projetos prioritários de segurança dos colaboradores, preservação do meio ambiente, modernização e manutenção das instalações, eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento de produtos, no valor de R\$ 10 milhões.

Itautec

De acordo com o Plano Estratégico da Companhia, foram investidos no primeiro semestre de 2012 R\$ 42 milhões, dos quais R\$ 35 milhões em pesquisa e desenvolvimento, em sua maior parte direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo *hardware* e *software*, e R\$ 7 milhões em imobilizado operacional.

Fortalecendo o portfólio de produtos de Computação, foram lançados novos equipamentos destinados ao mercado corporativo com tecnologia de última geração, demonstrando a capacidade de atualização tecnológica da Itautec: o Notebook Itautec W7540, com foco no mercado de pequenas e médias empresas, e dois modelos de All-in-One, que incorporam a nova linha de processadores Intel® Core™ de 3ª geração recém lançados.

No segmento de Automações, a Itautec lançou produtos de automação bancária durante a CIAB FEBRABAN 2012 – maior evento do setor financeiro e da área de Tecnologia da Informação da América Latina – e de automação comercial, na Autocom 2012, 14ª Exposição e Congresso de Automação Comercial, Serviços e Soluções para o Comércio. Entre os produtos lançados estão a ATM Adattis Mobicash, a ATM Adattis Touchless 3D Bidirecional, que reduz o contato físico com o equipamento, aumentando a segurança de dados dos usuários e também permite a utilização por dois usuários simultaneamente, oferecendo maior eficiência operacional aos Bancos, o SIAC Mobile, mais um recurso do *software* SIAC Store - concebido para auxiliar na gestão centralizada das empresas de varejo, e o Tabway PoS, solução que propõe que um tablet assumira as funções do PDV, provendo economia de espaço nos checkouts.

2) AMBIENTE ECONÔMICO

Preocupações recentes a respeito das eleições na Grécia e problemas com bancos na Espanha trouxeram uma nova onda de pessimismo aos mercados. As economias dos EUA e da China não oferecem otimismo para contrabalançar os problemas europeus. Após meses de surpresas positivas, finalmente esmoreceram as esperanças de retorno ao crescimento elevado do passado. A economia chinesa continua se desacelerando. Como a incerteza persiste, as condições financeiras se deterioraram, a recessão na zona do euro se aprofunda e o ajuste fiscal fica mais difícil.

A economia brasileira vem se recuperando mais lentamente do que o esperado. Diante dos dados fracos do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre e da deterioração do cenário externo, a projeção de crescimento em 2012, da equipe econômica do Itaú Unibanco, foi revisada de 3,1% para 2,0%. Os estímulos de política econômica implementados devem levar a uma aceleração da atividade ao longo do ano, mas provavelmente menos intensa do que se esperava.

O crescimento mais fraco no Brasil e no mundo reduz o risco de aceleração da inflação nos próximos trimestres. Apesar do crescimento mais fraco, o mercado de trabalho segue aquecido. Massa salarial em alta e desemprego baixo amortecem o impacto do crescimento baixo na inflação. Dessa forma, as revisões de inflação resultam fundamentalmente de medidas microeconômicas adotadas pelo governo (incentivos tributários e preços administrados).

Com a elevação das incertezas sobre o cenário externo e o possível impacto sobre a atividade doméstica, o Banco Central do Brasil (Bacen) manteve o processo de redução da taxa Selic no primeiro semestre de 2012. A taxa básica de juros terminou o semestre em 8,5% ao ano, ante 11,0% ao final do ano passado, antes do ciclo de quedas. Além do afrouxamento da política monetária o governo tem utilizado outros instrumentos para estimular a economia, como redução de impostos para alguns setores e medidas de incentivo ao crédito.

A produção industrial recuou, em maio, pelo terceiro mês consecutivo. A necessidade de ajustar os estoques e trazê-los para um patamar adequado continua pesando negativamente na atividade industrial. Em maio, entre as categorias de uso, destaque para a queda de bens de consumo duráveis e para a alta da produção de bens intermediários. Para ajustar os estoques, a produção foi reduzida. Nos cinco primeiros meses de 2012, a produção da indústria caiu em quatro deles. A proporção de empresas com estoques excessivos cedeu um pouco, e com estoques insuficientes, subiu, reduzindo a diferença entre as duas para 3,1 pontos percentuais em junho. Já houve um avanço, mas ainda há ajuste a ser feito. Logo, o cenário de aceleração gradual da produção é condizente com esse processo de ajustamento.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente no primeiro semestre foi de R\$ 2.439 milhões apresentando crescimento de 1,4% em relação ao valor obtido no mesmo período do ano anterior e rentabilidade recorrente anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 16,3%. O lucro líquido atingiu R\$ 2.292 milhões com decréscimo de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e rentabilidade anualizada de 15,3%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Lucro Líquido	2.292	2.376	266	240	2.558	2.616
Lucro Líquido Recorrente	2.439	2.406	266	234	2.705	2.640
Patrimônio Líquido	30.742	27.634	2.889	2.887	33.631	30.521
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	15,3%	17,8%	18,2%	16,7%	15,6%	17,7%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	16,3%	18,0%	18,2%	16,3%	16,5%	17,8%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	30/06/2012	30/06/2011	Evolução %
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,47	0,49	(4,1)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,50	0,50	0,8
Valor Patrimonial da Controladora	6,34	5,69	11,5
Dividendos/JCP Líquido	0,11	0,12	(3,4)
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,41	10,85	(22,5)
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	40.767	52.677	(22,6)

(1) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 26 de abril de 2012.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Lucro Líquido	2.292	2.376	266	240	2.558	2.616
Exclusão dos Efeitos não Recorrentes	147	30	-	(6)	147	24
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	147	33	-	-	147	33
Movimentação de Ações em Tesouraria	10	93	-	-	10	93
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	-	(170)	-	-	-	(170)
Venda de Participação / Ajuste a Valor de Mercado - BPI	104	52	-	-	104	52
Provisão para contingências - Planos Econômicos	33	58	-	-	33	58
Decorrentes de Participação nas demais empresas controladas	-	(3)	-	(6)	-	(9)
Outros	-	(3)	-	(6)	-	(9)
Lucro Líquido Recorrente	2.439	2.406	266	234	2.705	2.640

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	janeiro a junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A. (IFRS)	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2012	833.083	7.164	652	1.088	317.585
	2011	760.516	6.646	641	1.112	289.544
Receitas Operacionais (3)	2012	63.157	1.547	422	802	29.024
	2011	59.246	1.411	369	690	26.893
Lucro Líquido	2012	6.407	185	(1)	(7)	2.558
	2011	6.795	177	19	21	2.616
Patrimônio Líquido	2012	77.875	3.817	475	535	33.631
	2011	69.599	3.562	479	529	30.521
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	17,0%	9,8%	-0,6%	-2,6%	15,6%
	2011	20,1%	10,1%	7,9%	8,1%	17,7%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	24.193	430	23	13	9.559
	2011	22.762	416	33	34	8.654

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em junho de 2012 de 36,79% (36,65% em junho de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun)/3)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,79% detida pela Itaúsa.

O lucro líquido no primeiro semestre de 2012 atribuível aos acionistas controladores foi 5,7% menor do que o apurado no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 6,4 bilhões, com rentabilidade anualizada de 17,0% sobre o patrimônio líquido médio (20,1% no primeiro semestre de 2011). O lucro líquido recorrente entre janeiro e junho de 2012 alcançou R\$ 6,8 bilhões, evolução de 2,8% comparado ao mesmo período de 2011, e teve retorno sobre o patrimônio líquido médio de 17,9%.

Em 30 de junho de 2012, o total de ativos consolidado alcançou R\$ 833,1 bilhões e evoluiu 9,5% em relação ao final do primeiro semestre de 2011 e 1,8% em comparação ao final do ano de 2011. O patrimônio líquido dos acionistas controladores somava R\$ 77,9 bilhões no fim do primeiro semestre de 2012, com crescimento de 11,9% sobre o mesmo período de 2011.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 414,3 bilhões em 30 de junho de 2012, com crescimentos de 14,9% em doze meses e de 4,2% em 2012. No fim do primeiro semestre de 2012, a carteira de crédito para pessoas físicas no Brasil alcançou R\$ 148,2 bilhões, saldo 8,6% superior ao valor registrado em 30 de junho de 2011. Nesse mesmo período de doze meses, a carteira de crédito destinada aos clientes pessoas jurídicas apresentou crescimento de 15,6% e atingiu o saldo de R\$ 241,1 bilhões. Na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Paraguai, as operações de crédito somaram R\$ 24,9 bilhões no encerramento do primeiro semestre de 2012, evolução de 60,5% comparada a 30 de junho de 2011.

O índice de inadimplência total, considerando o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 5,2% em 30 de junho de 2012, apresentando aumentos de 0,6 ponto percentual em relação a 30 de junho de 2011 e 0,3 ponto percentual em relação ao final do ano de 2011. Este indicador atingiu 7,3% para carteira de clientes pessoas físicas e 3,5% para a carteira de clientes pessoas jurídicas, ao final de junho de 2012.

O Itaú Unibanco possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 446,2 bilhões em 30 de junho de 2012, com evolução de 17,0% em relação a junho de 2011 e redução de 0,4% em 2012.

Negócios:

Banco Comercial – Ao final de junho de 2012, o Itaú Unibanco contava com 5.006 pontos de atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário (PAB) distribuídos no País e no exterior, o que representou crescimento de 113 agências no período de um ano.

O foco do Itaú Personnalité foi mantido no ganho de participação de mercado de investimentos e previdência e na continuidade da expansão da rede de agências exclusivas. No primeiro semestre de 2012 foram inaugurados 11 pontos, que somados aos 27 abertos em 2011, representam crescimento de 20% nos últimos 18 meses.

Consolidou-se a expansão do atendimento do Itaú Uniclass para 100% da rede de varejo. Os clientes passaram a contar com gerentes dedicados, caixas exclusivos nas principais agências, maiores limites de crédito, consultoria de investimentos e atendimento gerencial por telefone.

O segmento Private Bank do Itaú Unibanco é o maior da América Latina e permanece como líder no mercado nacional, com mais de 25% de participação de mercado, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), atendendo a mais de 5,3 mil grupos econômicos.

Em Administração de Ativos (em que são administrados Fundos de Privatização, Renda Fixa, Ações, Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior) o Itaú Unibanco atingiu R\$ 422,6 bilhões, com 19,7% de participação de mercado e ocupa a 2ª posição no ranking global de administração, segundo a Anbima.

Seguros, Vida, Previdência e Capitalização - As operações desses negócios em volume de receitas de prêmios, contribuições previdenciárias e com títulos de capitalização atingiram R\$ 11,8 bilhões no primeiro semestre de 2012 e as provisões técnicas totalizaram R\$ 82,5 bilhões ao final de junho de 2012, incluindo as operações no exterior. A participação no mercado, incluindo a participação de 30% na Porto Seguro, atingiu 13,4% no acumulado de janeiro a maio de 2012 em prêmios ganhos, de acordo com as informações disponibilizadas pela Susep (que regula todos os ramos de seguros, exceto o de seguro saúde, que é regulado pela ANS).

A captação total dos planos de previdência no semestre atingiu R\$ 8.720 milhões, aumento de 45,8% comparado ao mesmo período do ano anterior, influenciado principalmente pelo aumento de 54,5% nas captações do produto VGBL. A captação líquida, que representa a captação total deduzida de resgates e portabilidades externas, teve evolução de 82,3% quando comparada ao primeiro semestre de 2011.

Porto Seguro – Cabe destacar que o Itaú Unibanco detém 30% do capital da Seguradora Porto Seguro, empresa líder em seguros de veículos e residenciais no País. Além disso, o Itaú Unibanco tem um acordo operacional com a Seguradora Porto Seguro para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis para os clientes da rede no Brasil e no Uruguai. No acumulado de janeiro a maio de 2012, a Porto Seguro possuía 26,0% e 28,2% de participação de mercado em prêmios nos seguros de veículos e residenciais, respectivamente (fonte: Susep - Superintendência de Seguros Privados).

Crédito ao Consumidor – O Itaú Unibanco (líder no segmento de crédito ao consumo no Brasil, por meio da Itaucard, Hipercard e parcerias) oferece um portfólio diversificado de produtos para clientes correntistas e não correntistas, originados em canais proprietários e nas parcerias com empresas de destaque em seus respectivos mercados de atuação. No primeiro semestre de 2012, o valor transacionado atingiu R\$ 81,7 bilhões, o que representou acréscimo de 14,3% em relação ao mesmo período de 2011.

A Redecard, companhia controlada pelo Itaú Unibanco, apresentou lucro líquido de R\$ 769,3 milhões no primeiro semestre de 2012, com crescimento de 27,4% sobre o mesmo período de 2011.

Itaú BBA – Os destaques na atividade de Banco de Investimento são:

- Renda fixa – No período de janeiro a maio de 2012, participou de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram R\$ 9,5 bilhões. No ranking Anbima de distribuição de renda fixa de janeiro a maio de 2012, consolidou a primeira posição em volume, com 29,6% de participação de mercado. Em emissões internacionais de renda fixa, atuou como joint bookrunner de ofertas, com volume total de US\$ 15,8 bilhões, alcançando o primeiro lugar no ranking de Emissões de Empresas Brasileiras de junho de 2012 da BondRadar. Obteve ainda a terceira posição em Emissões de Renda Fixa na América Latina, com 8,6% de market share, conforme ranking de janeiro a junho de 2012 divulgado pela Dealogic.
- Fusões e Aquisições – O Itaú BBA prestou assessoria financeira a 32 transações no primeiro semestre de 2012, obtendo a liderança do ranking Thomson Reuters em volume de operações, acumulando o montante de US\$ 14,5 bilhões.
- Renda variável – Segunda posição no ranking de Originação da Anbima de maio de 2012, com volume de operações de R\$ 1,2 bilhão.
- Itaú Corretora – No primeiro semestre de 2012, a Itaú Corretora figurava em quinto lugar no ranking das corretoras, com participação de 5,3% do volume de mercado. Em Mercado Futuro, terminou o semestre com a participação de mercado de 8,7%, com 63 milhões de contratos negociados, na quinta colocação entre as corretoras.

Na atividade de Banco de Atacado, ressaltam-se as seguintes operações do Itaú BBA:

- Derivativos – O Itaú BBA manteve sua posição de líder na Cetip, em operações de derivativos registradas no balcão com empresas. O foco se concentrou em operações de proteção sobre as exposições de moedas

estrangeiras, taxas de juros e commodities para seus clientes. O volume de operações contratadas no primeiro semestre de 2012 foi 43,4% maior do que no mesmo período do ano anterior.

- Project Finance — No primeiro semestre de 2012, o Banco foi contratado para trabalhar na estruturação e/ou assessoria de 52 projetos. O total de investimentos envolvido nos projetos analisados em diversos setores - como óleo e gás, energia, industrial, mineração, logística e saneamento - superou R\$ 60 bilhões.

Negócios no exterior – Além do Brasil, o Itaú Unibanco atua em regiões como: América Latina, Europa, América do Norte, Oriente Médio e Ásia.

Solidez do capital:

O Índice de Basileia atingiu 16,6% ao final de junho de 2012, evidenciando a solidez na base de capital. Em julho de 2012, o Itaú Unibanco realizou uma captação com valor recorde de US\$ 340 milhões no International Finance Corporation (IFC) com a participação de sete bancos internacionais. Os recursos serão direcionados para financiamentos a empresas médias e pequenas nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Essa captação tem prazos de dois a cinco anos, em diferentes tranches, e trata-se de uma operação inédita e a mais relevante em termos de volume captados por uma instituição Latino-Americana em um organismo multilateral.

3.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 1.547 milhões no semestre, evolução de 9,6% em relação à registrada de janeiro a junho de 2011. A geração de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R\$ 446 milhões, evolução de 9,2%, com margem EBITDA recorrente de 28,8%. O lucro líquido atingiu R\$ 185 milhões, alta de 4,2%, com margem líquida recorrente de 11,9%.

Após ter apresentado forte expansão de volume expedido entre os anos de 2011 e 2008, em uma média anual de 13,2%, a Deca registrou crescimento de 2,1% no semestre, com 12.249 mil peças. A receita líquida totalizou R\$ 554 milhões, expansão de 7,2% em relação à apurada no mesmo período de 2011 – desempenho superior à média de 2,6% do setor medida pelo indicador Abramet, da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção. Pressões de custos, principalmente associadas à mão de obra e gás natural, durante o segundo trimestre de 2012, além do aumento das despesas com propaganda e marketing, responderam pela retração da margem EBITDA para 22,3%, que atingiu R\$ 135 milhões no primeiro semestre de 2012.

O desempenho da Divisão Madeira foi o grande destaque do período, com recordes de volumes expedidos e de receita líquida. As expedições totalizaram 1.230,2 mil m³ de janeiro a junho de 2012, com expansão de 11,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O volume das expedições superou o desempenho da indústria estimado pela Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa). A combinação de ganhos de escala com aumento da receita líquida unitária e gestão dos custos dos produtos vendidos permitiu importante evolução de 21,5% do EBITDA recorrente em relação à igual período de 2011, para R\$ 311 milhões, com margem EBITDA de 33,1%.

Elekeiroz

As expedições de produtos da empresa aumentaram 14,2% no primeiro semestre de 2012, totalizando 234 mil toneladas. O ritmo sofreu desaceleração no segundo trimestre, quando o incremento foi de apenas 1,7%, reflexo da queda da atividade econômica no País.

No mercado interno, que concentrou 90,3% do total expedido pela Elekeiroz no semestre, o aumento foi de 11,2%. No mercado externo, essa variação foi de expressivos 52,0%. O segmento de produtos orgânicos, que representou 51,6% do total expedido no semestre, registrou incremento de 16,3% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida alcançou R\$ 422 milhões no primeiro semestre de 2012, aumento de 14,4% em relação ao mesmo período de 2011. No mercado interno, que corresponde a 83,4% do total das vendas, a alta foi de 9,2% e no mercado externo, de 51,0%. O EBITDA somou R\$ 14 milhões, queda de 55,7%, e a Margem EBITDA foi de 3,3%, contra 8,6% no ano anterior.

No período a empresa teve prejuízo líquido de R\$ 1 milhão, em comparação a um lucro líquido de R\$ 19 milhões no primeiro semestre de 2011, decorrente de margens menores.

O endividamento em instituições financeiras continuou reduzido, totalizando R\$ 79 milhões, em 30 de junho de 2012, equivalente a 16,6% do Patrimônio Líquido.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 802 milhões, 16,2% superior a registrada no primeiro semestre de 2011, com destaque para o crescimento de 49,8% na receita líquida da Unidade Soluções de Automação, resultado da expedição de ATMs 97,8% superior em relação ao primeiro semestre de 2011, e da expansão da receita líquida da Unidade Serviços Tecnológicos em 24,5%, em razão da ampliação de serviços de logística e do aumento de serviços de suporte e manutenção multimarca. Na Unidade Soluções de Computação, a venda de computadores no semestre, medida em número de unidades expedidas, cresceu 17,3% em comparação ao mesmo período de 2011, mostrando a boa aceitação do mercado, principalmente consumidor, ao portfólio da Companhia. A receita líquida oriunda da venda de computadores foi inferior em 1,5% no primeiro semestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011, atingindo R\$ 344 milhões, devido à alteração no mix de vendas.

O bom desempenho das vendas não se refletiu nos resultados. A Itautec teve, no primeiro semestre de 2012, uma redução de sua rentabilidade bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida) de 4,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2011. O lucro bruto no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 123 milhões, 10,3% inferior ao reportado no primeiro semestre de 2011. A redução do lucro bruto deve-se à desvalorização cambial, que afeta o custo dos produtos atrelados ao dólar, e à pressão por ajuste em preços, especialmente do setor bancário, que tem solicitado revisão de escopo, renegociação de condições e redução de preços em contratos já estabelecidos.

Para adequar-se a essa nova realidade operacional e manter-se competitiva nesse cenário, a Itautec implementou e vem implementando diversas ações na busca de maior eficiência, maior produtividade e redução de custos e despesas, que incluíram a adequação do quadro de pessoal, a renegociação de contratos, a intensificação nas negociações de compras, a redefinição de processos operacionais e administrativos e o redesenho de especificações de produtos. A redução no quadro de pessoal trouxe um dispêndio pontual de R\$ 9 milhões no segundo trimestre de 2012, mas importante para a melhoria de resultados futuros, com economia esperada com despesas com pessoal de, aproximadamente, R\$ 2,5 milhões ao mês.

Em razão dos eventos descritos acima, o EBITDA consolidado do primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 2 milhões e o prejuízo líquido foi de R\$ 7 milhões.

4) GESTÃO DE PESSOAS

As empresas do Conglomerado Itaúsa contavam com 116 mil colaboradores ao final de junho, sendo que 6,8 mil estavam no exterior. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 4,8 bilhões no semestre. Os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes somaram R\$ 751 milhões. Além disso, foram investidos aproximadamente R\$ 124 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

5) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

O jornal britânico *Financial Times* e o International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, elegeram o Itaú como o Banco Sustentável do Ano – Américas. Este é o quarto ano consecutivo em que a instituição é reconhecida por esse prêmio, um dos mais importantes do mundo em Sustentabilidade. Em 2012, concorreram 181 instituições de 67 países.

Duratex

Ações direcionadas ao meio ambiente receberam investimentos de R\$ 13 milhões no semestre, 13,0% acima do mesmo período do ano anterior, especialmente em tratamento de efluentes, coleta de resíduos e manutenção de áreas florestais.

No período, foi concluído Inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE), referente ao período de 2011, que totalizou 322.633,77 toneladas de CO₂ equivalentes, sendo esse trabalho, pela primeira vez, auditado por empresa independente. Com essas informações, a Duratex respondeu voluntariamente ao *Carbon Disclosure Project (CDP)*, iniciativa que incentiva empresas na divulgação de compromissos e políticas que atenuem impactos relacionados a mudanças climáticas.

Outro destaque foi o lançamento do programa de Gestão de Fornecedores Duratex, com critérios socioambientais, econômicos, de qualidade e nível de serviço que passam a ser considerados no relacionamento com os fornecedores. Em uma primeira etapa, serão levantadas informações sobre políticas de trabalho, práticas e postura socioambiental dos fornecedores, além da realização de visitas programadas e controle de documentos.

Elekeiroz

O sistema de coleta e recuperação de gás carbônico para venda a terceiros, do site de Camaçari, foi o responsável pela redução da emissão de 2.829 toneladas de CO₂ no primeiro semestre de 2012.

As resinas da linha Biopoli – produzidas com matérias-primas de fontes renováveis e recicladas, foram utilizadas no projeto Banco Contemporâneo, de terminais bancários sustentáveis, desenvolvido com importante cliente.

Itautec

Comprometida com a responsabilidade socioambiental em suas operações, a Itautec implementou, no período, avanços significativos relacionados às suas atividades. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia realizou inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE), que contribuirão para a definição de ações mitigadoras e integradas às atividades, com foco na redução dos impactos da Itautec sobre o meio ambiente. Com essas informações, a Companhia respondeu voluntariamente ao *Carbon Disclosure Project (CPD)*.

Dando continuidade a projeto já iniciado com os fornecedores brasileiros, que prevê, entre outras ações, a disseminação das melhores práticas socioambientais, foi realizada na Ásia a primeira fase do projeto para a Integração da Sustentabilidade na Cadeia de Fornecimento. Dois eventos foram organizados nas cidades de Shanghai (China) e Taipei (Taiwan) para cerca de 50 fornecedores. Também houve visitas a oito fábricas para conhecer melhor a atuação e as práticas socioambientais dessas companhias nas linhas de produção que atendem a Itautec.

6) INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco Holding

Com o objetivo de se antecipar às mudanças, aprimorar os aprendizados e focar em projetos e iniciativas que provoquem transformações na sociedade, o Itaú Unibanco investiu R\$ 84 milhões em ações educacionais, culturais e esportivas durante o primeiro semestre de 2012. Destacam-se as atividades de educação e cultura, que receberam recursos de R\$ 44 milhões, e a comemoração dos 25 anos do Itaú Cultural.

Uma das principais iniciativas do período foi a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o Instituto Unibanco, o Governo do Ceará e o Ministério da Educação, para implantar o Projeto Jovem de Futuro no Estado. O objetivo é qualificar a gestão do Ensino Médio e contribuir para que o Ceará se aproxime ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 6, que é a meta do governo federal para 2022. As cem escolas contempladas em 2012 receberão recursos financeiros, apoio técnico e supervisão intensiva.

Com mais de 120 mil visitantes no semestre, o Itaú Cultural teve como destaques a exposição *Convite à Viagem*, vista por mais de 58 mil pessoas, a realização de 130 eventos nacionais e internacionais e o lançamento de oito produtos, entre catálogos, revistas e livros. O site do instituto obteve cerca de 5,9 milhões de acessos no período. Até o mês de junho, o Auditório Ibirapuera atraiu aproximadamente 80 mil visitantes e realizou 83 espetáculos.

Duratex

O apoio a iniciativas sociais e culturais recebeu recursos de R\$ 4 milhões no primeiro semestre. A ênfase foi dada, entre outros, aos seguintes projetos: Biblioteca Comunitária, que contempla a instalação e revitalização de bibliotecas em escolas municipais de cinco municípios; Plano Anual de Atividades do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM); Campeões da Natação, do Atletismo e do Halterofilismo, para propiciar melhores condições de treinamento a atletas com deficiência que poderão participar das paraolimpíadas de 2016; Um Passe para Educação, projeto destinado a crianças e adolescentes da comunidade de Paraisópolis, em São Paulo, por meio da prática do futebol e de atividades de suporte e integração com a comunidade; Judô do Futuro, com base em metodologia que estimula o desenvolvimento cognitivo e intelectual, a tolerância, a convivência e a concentração de crianças e adolescentes; 1ª Bienal Ibero-americana de *Design*, um dos encontros mais importantes de promoção do *design* contemporâneo; e Ação Educativa – Fundação Bienal de São Paulo, que promoverá encontros entre professores e profissionais da cultura, durante a 30ª Bienal de Arte de São Paulo, de setembro a dezembro.

Elekeiroz

A empresa foi uma das patrocinadoras da 7ª Semana de Engenharia Química da Escola Politécnica da USP, que teve como tema *O Perfil do Engenheiro Químico Moderno*. O objetivo foi apresentar aos estudantes características que o engenheiro químico precisa ter para ser competitivo no mercado de trabalho.

Itautec

No primeiro semestre de 2012, foram repassados R\$ 565 mil ao Instituto Ayrton Senna, entidade que compartilha dos mesmos princípios da Itautec de que o investimento em educação de qualidade é capaz de transformar realidades. Desde setembro de 2010, a Itautec destina parte da renda de cada computador vendido no varejo ao Instituto.

7) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

Banco Sustentável do Ano – Américas – Reconhecimento concedido pelo jornal britânico *Financial Times* e pelo International Finance Corporation (IFC).

World's Best Banks 2012 – Eleito o Melhor Banco do Brasil e do Paraguai, segundo a revista *Global Finance*, uma das publicações mundiais mais prestigiadas em economia e finanças. Também foi considerado o melhor em prestação de serviços de custódia no Brasil e no Uruguai. Os vencedores são escolhidos por meio de pesquisa com analistas, executivos e consultores de instituições financeiras.

Customer Excellence Awards – Premiado com o *Nice Customer Excellence* como referência em *call center*. Com essa conquista, o Banco é tricampeão em Planejamento – venceu também em 2009 e 2011 – e ganhou pela primeira vez em Qualidade.

As melhores Empresas para Começar a Carreira – Promovido pelo *Guia Você S/A*, o prêmio avalia o ambiente de trabalho e as práticas e políticas de gestão de pessoas voltadas ao público jovem.

Safest Emerging Market Banks in Latin America – Banco brasileiro com melhor colocação no *ranking* da revista *Global Finance*, que classifica os dez Bancos Mais Seguros de Mercados Emergentes da América Latina.

Destaque AE Projeções – O Itaú Asset Management foi um dos premiados no Top Básico e o Itaú Unibanco conquistou o Top Geral e o Top Básico. O prêmio distingue as instituições cujas projeções para os principais indicadores econômicos do País mais se aproximam da realidade.

Top Gestão do Valor Econômico – O Itaú Asset Management recebeu o prêmio por ter sido a melhor *asset* em renda variável do ano. Elaborado a partir da análise da Standard & Poor's, o prêmio seleciona os melhores gestores da indústria brasileira de fundos de investimento.

World Business and Development Awards – Vencedor na categoria especial Brasil. O prêmio, concedido pela International Chamber of Commerce, reconhece contribuições do setor privado para as metas do milênio (objetivos definidos pela ONU para promover redução da pobreza, igualdade de gênero, promoção da saúde, combate à mortalidade infantil, à Aids e a outras doenças).

Efinance – O Itaú Unibanco foi premiado em cinco categorias: *Internet Banking*, *E-commerce*, Redes Sociais, *Mobile PJ* e Segurança. Já o Itaú BBA ganhou em três categorias: *Workflow*, Ferramentas de Análise de Risco e Redesenho de Produto. Realizado pela revista *Executivos Financeiros*, o prêmio *Efinance* destaca as mais inovadoras soluções, implementações e aplicativos na área de TI e Telecom das instituições financeiras.

Ethical Corporation Awards – Premiado na categoria *Sustainability Commercialised*. Realizado pelo Ethical Corporation desde 2010, o prêmio reconhece práticas de responsabilidade corporativa.

Segurador 2012 – O Itaú Seguros ganhou nas categorias Melhor Desempenho Global em Previdência Privada e Melhor Desempenho em Garantias, Vida em Grupo, Garantia Estendida e Riscos Rurais e venceu na categoria Líder de Mercado em Vendas, nas modalidades Responsabilidades, Grandes Riscos, Acidentes Pessoais e Garantia Estendida. O prêmio é concedido pela revista *Segurador Brasil*.

Best Brazilian Trade Bank in Trade Finance – Concedido no *Awards of Excellence 2012*, pela revista *Trade Finance*.

Best Investment Bank in Brazil – Concedido pela *Euromoney Awards for Excellence 2012*.

Duratex

Melhor Empresa do Setor de Madeira - Eleita a melhor do setor, no ranking Melhores e Maiores 2012 da revista Exame, pelo desempenho da Área Florestal.

Top Móbile – Reconhecida, pela quinta vez, com o prêmio Top Móbile. A empresa foi premiada nas categorias: painéis de MDF e painéis de MDP, no segmento de fornecedores de indústria.

Itautec

Best Automated Banking Branch Technology Of The Year Latin America – Premiação da revista internacional *World Finance* que reconhece a capacidade de entrega no ambiente da agência em todos os pontos de contato com o cliente.

Best Retail Banking Systems Technology Provider Of The Year Latin America – Reconhecimento da *World Finance* evidencia a *expertise* no desenvolvimento de soluções focadas nos processos dos clientes, apoiando os bancos de varejo na expansão de seus canais de atendimento, na melhoria de processos e no crescimento nos seus negócios.

Best Security Technology Company Of The Year Latin America – Atesta a capacidade em oferecer soluções de segurança, monitoramento e combate a fraudes a seus clientes. Premiação também concedida pela *World Finance*.

8) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2012, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados a suas controladas e sua data de contratação:

- 24 de janeiro de 2012 - análise de vulnerabilidade e testes de intrusão de aplicações do perímetro internet;
- 17 de fevereiro de 2012 – revisão dos aspectos relacionados ao programa de continuidade de negócios;
- 23 de fevereiro e 29 de março de 2012 – aquisição de materiais técnicos;
- 28 de fevereiro de 2012 – consultoria para obtenção da certificação GIPS (Global Investment Performance Standards);
- 06 de março e 12 de junho de 2012 – participações em cursos abertos ao público, relacionados a finanças e contabilidade;
- 27 de abril de 2012 – consultoria no pedido de autorização ao órgão regulador para abertura de uma subsidiária.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

9) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança a nós dispensada, que procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 06/08/2012).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiros Suplentes respectivos

JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO

LUIZ ANTONIO CARELI

JOÃO COSTA

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)

JAIRO CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

CANDIDO BOTELHO BRACHER

DEMONSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

HENRI PENCHAS

ISRAEL VAINBOIM

NILDEMAR SECCHES

PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES

RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

Membros

ALKIMAR RIBEIRO MOURA

EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES

GUY ALMEIDA ANDRADE

LUIZ ALBERTO FIORE

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)

CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID

CLAUDIA POLITANSKI

MARCOS DE BARROS LISBOA

RICARDO BALDIN

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES

ANA TEREZA DE LIMA E SILVA PRANDINI

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI

EMERSON MACEDO BORTOLOTO

RODRIGO LUIS ROSA COUTO

ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

(*) Diretor de Relações com Investidores

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
ANDREA LASERNA SEIBEL
FABIO SCHVARTSMAN
PAULO SETUBAL
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

HELIO SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JUNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

HENRI PENCHAS

Diretores Executivos

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
FLÁVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN
MONICA RAMOS PINTO
RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
RENATO AGUIAR COELHO
ROBERTO SZACHNOWICZ

Diretores Gerentes

FLÁVIO DIAS SOARES
FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES
MARCO ANTONIO MILLEO
RONEY ROTENBERG

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

MARIO ANSELONI NETO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
REINALDO RUBBI
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARIO ANSELONI NETO (*)

Diretores Vice-Presidentes

CLÁUDIO VITA FILHO
JOSÉ ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS
RICARDO HORÁCIO BLOJ
SILVIO ROBERTO DIREITO PASSOS
WILTON RUAS DA SILVA

Diretor

GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR

(*) Diretor de Relações com Investidores

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO SENISE
REINALDO RUBBI
RICARDO EGYDIO SETUBAL
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO DE MARCHI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSÉ BARALDI

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/06/2012	31/12/2011
Disponibilidades	3	5.181	3.994
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	27.191	36.105
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	9.154	10.244
Aplicações no Mercado Aberto	5	36.682	35.001
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6a	46.311	45.049
Dados em Garantia		5.027	4.471
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		41.284	40.578
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	6b	77	69
Derivativos	7 e 8	4.152	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	22.687	17.805
Dados em Garantia		4.307	3.113
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		18.380	14.692
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	1.147	1.144
Dados em Garantia		16	85
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		1.131	1.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	11	122.317	118.710
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		131.592	127.501
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.275)	(8.791)
Outros Ativos Financeiros	21a	15.624	14.925
Estoques	13	806	771
Investimentos em Empresas não Consolidadas	14 II	1.176	938
Imobilizado, Líquido	15	5.250	5.085
Ativos Biológicos	16	1.109	1.094
Ativos Intangíveis, Líquidos	17	3.106	3.012
Ativos Fiscais		11.185	10.716
Imposto de Renda e Contribuição Social - a Compensar		1.144	1.364
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	25b	9.655	9.006
Outros		386	346
Bens Destinados a Venda		34	31
Outros Ativos	21a	4.396	4.069
TOTAL DO ATIVO		317.585	312.002

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/06/2012	31/12/2011
Recursos Captados		210.983	212.890
Depósitos	18	86.427	89.326
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	19	231	1.037
Captações no Mercado Aberto	20a	67.602	68.273
Recursos de Mercados Interbancários	20a	34.831	33.323
Recursos de Mercados Institucionais	20c	21.892	20.931
Derivativos	7	3.377	2.486
Outros Passivos Financeiros	21b	16.643	16.246
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29c III	29.314	26.108
Passivos de Planos de Capitalização		1.057	1.045
Provisões	31	6.612	6.221
Obrigações Fiscais		3.865	4.449
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		653	707
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	25b	2.736	3.133
Outras		476	609
Outros Passivos	21b	12.103	10.267
Total do Passivo		283.954	279.712
Patrimônio Líquido			
Capital Social	22a	16.500	13.678
Ações em Tesouraria	22a	-	(80)
Reservas	22c	14.331	16.083
Resultado Abrangente Acumulado		(89)	(340)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		30.742	29.341
Participações de Acionistas não Controladores		2.889	2.949
Total do Patrimônio Líquido		33.631	32.290
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		317.585	312.002

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada do Resultado

Períodos Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
Vendas de Produtos e Serviços		1.401	2.680	1.301	2.570
Custo dos Produtos e Serviços		(941)	(1.753)	(937)	(1.888)
Receita de Juros e Rendimentos		8.432	18.032	8.910	17.160
Despesas de Juros e Rendimentos		(4.688)	(9.628)	(4.445)	(8.494)
Receita de Dividendos		36	50	32	50
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos financeiros		44	581	(104)	(11)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		940	1.111	206	357
Receita de Prestação de Serviços Financeiros		1.743	3.457	1.728	3.352
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros		543	1.084	742	1.198
Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29	2.284	4.195	1.609	3.099
Resseguros de Prêmios	29	(134)	(217)	(76)	(153)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(1.654)	(2.986)	(1.098)	(2.097)
Receita de Operações de Capitalização		47	92	307	349
Outras Receitas Operacionais	24a	152	246	622	826
Perdas com Créditos e Sinistros		(1.985)	(3.947)	(1.719)	(3.063)
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(2.211)	(4.440)	(2.029)	(3.531)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		415	853	507	945
Despesas com Sinistros		(323)	(533)	(249)	(604)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		134	173	52	127
Outras Despesas Operacionais	24b	(919)	(1.740)	(1.199)	(1.971)
Despesas Gerais e Administrativas	24c	(3.089)	(6.012)	(3.060)	(5.640)
Despesas Tributárias		(398)	(928)	(454)	(880)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	14b	(2)	19	(109)	(23)
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.269	3.252	1.514	3.543
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	25	(762)	(1.799)	(619)	(1.421)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25	683	1.105	354	494
LUCRO LÍQUIDO		1.190	2.558	1.249	2.616
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.050	2.292	1.116	2.376
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		140	266	133	240
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO					
Ordinárias	26	0,22	0,50	0,25	0,54
Preferenciais	26	0,22	0,50	0,25	0,54
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		1.866.289.554	1.781.458.211	1.686.072.938	1.683.434.456
Preferenciais		2.981.170.193	2.845.662.457	2.701.941.984	2.697.713.800

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011
 (Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO		1.190	2.558	1.249	2.616
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		213	304	(15)	(154)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação	9	(63)	(143)	44	(111)
Variação de Valor Justo		386	604	(67)	(122)
Efeito fiscal		(110)	(157)	8	79
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		119	109	(44)	(26)
Hedge de fluxo de caixa		(120)	(162)	23	45
Variação de Valor Justo		(182)	(246)	35	70
Efeito fiscal		62	84	(12)	(25)
Total do Resultado Abrangente		1.402	2.809	1.213	2.481
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores		1.262	2.543	1.080	2.241
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores		140	266	133	240

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Períodos Fimados em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/12	01/01 a 30/06/12	01/04 a 30/06/11	01/01 a 30/06/11
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		4.369	9.559	4.716	8.654
Lucro Líquido		1.189	2.558	1.249	2.616
Ajustes ao Lucro Líquido:		3.180	7.001	3.467	6.038
Opções Outorgadas Reconhecidas	23a II.IV	(8)	32	(5)	29
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(354)	(141)	78	84
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	2.212	4.441	2.029	3.531
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		564	888	280	557
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		33	63	71	83
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		1.654	2.986	1.098	2.097
Resultado de Operações de Capitalização		(47)	(92)	(307)	(349)
Depreciações, Amortizações e Exaustão	15, 16 e 17	367	705	341	577
Tributos Diferidos		(683)	(1.105)	(354)	(494)
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas		2	(19)	109	23
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	(63)	(143)	(44)	(111)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(698)	(943)	(91)	(313)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(62)	(88)	(26)	(67)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	24 a e b	(3)	(4)	(13)	(12)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	24 a e b	119	120	-	-
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	24 a e b	1	3	(12)	(8)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível	17	1	1	11	5
Juros, Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas		48	89	37	76
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(36)	(69)	(76)	(112)
Outros		133	277	341	442
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(7.496)	3.615	(7.433)	(15.959)
(Aumento) Redução em Ativos		(4.555)	5.586	(9.973)	(23.496)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		201	(400)	(2.362)	(2.294)
Aplicações no Mercado Aberto		1.831	5.627	1.740	(9.104)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		673	8.921	(373)	(2.225)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(2.034)	(1.366)	(2.376)	5
Derivativos (Ativos/Passivos)		(264)	(2)	(87)	(258)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(7)	(8)	(21)	37
Operações de Crédito		(4.714)	(7.530)	(6.150)	(11.144)
Estoques		41	(44)	(55)	(130)
Outros Ativos Financeiros		(466)	(204)	(210)	1.101
Outros Ativos Fiscais		16	584	92	950
Outros Ativos		168	8	(171)	(434)
(Redução) Aumento em Passivos		(2.941)	(1.971)	2.540	7.537
Depósitos		698	(3.469)	1.976	2.540
Captações no Mercado Aberto		(5.913)	(623)	(3.246)	(648)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(40)	(804)	149	(223)
Recursos de Mercados Interbancários		1.721	1.466	1.748	3.956
Outros Passivos Financeiros		841	383	991	(1.418)
Provisão de Seguros e Previdência		77	242	12	73
Passivos de Planos de Capitalização		53	105	64	140
Provisões		(126)	172	73	104
Obrigações Fiscais		1.059	1.186	(1.126)	(1.178)
Outros Passivos		(554)	1.033	2.081	4.987
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(757)	(1.662)	(182)	(796)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(3.127)	13.174	(2.717)	(7.305)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		(5)	3	(2)	5
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(2.522)	(7.643)	(4.894)	(6.101)
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		1.237	4.012	6.408	8.129
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		-	-	-	(45)
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		23	84	17	123
Alienação de Bens Destinados a Venda		14	21	28	38
Alienação de Investimentos		-	-	16	4
Aquisição de Investimentos		(301)	(301)	(6)	(6)
Alienação de Imobilizado de Uso	15	(1)	84	128	187
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(378)	(625)	(295)	(574)
Distrato de Contratos do Intangível		-	-	1	2
Alienação de Intangível	17	(10)	(12)	2	129
Aquisição de Intangível	17	(193)	(316)	(308)	(534)
Alienação do Investimento no Unibanco Saúde Seguradora S.A.		(6)	(6)	-	-
Aquisição/(Alienação) e Formação de Ativo Biológico		(17)	(41)	79	9
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.159)	(4.740)	1.174	1.366
Captação em Mercados Institucionais		2.623	4.801	2.069	3.716
Resgate em Mercados Institucionais		(3.075)	(4.814)	(1.328)	(2.475)
Redução da Participação dos Acionistas Não Controladores		(179)	(326)	-	(115)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		10	71	8	57
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(207)	(207)	(117)	(120)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(295)	(1.079)	(555)	(1.276)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.123)	(1.554)	77	(213)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.409)	6.880	(1.466)	(6.152)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	27.173	14.097	12.298	16.990
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		354	141	(78)	(84)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	21.118	21.118	10.754	10.754
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		8.645	17.088	8.199	16.596
Juros Pagos		5.304	8.287	4.512	8.176
Transações Não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-	1
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		(311)	619	(176)	647

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Consolidada
Períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011
(Em milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2012	%	01/01 a 30/06/2012	%	01/04 a 30/06/2011	%	01/01 a 30/06/2011	%
RECEITAS	11.493		23.653		11.881		22.906	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.401		2.680		1.301		2.570	
Resultado Financeiro e de Valores Mobiliários	9.416		19.724		9.012		17.506	
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	542		1.084		633		1.198	
Juros, Rendimentos, Dividendos e Prestação de Serviços Financeiros	1.779		3.507		1.759		3.402	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.797)		(3.588)		(1.532)		(2.597)	
Outras	152		246		708		827	
DESPESAS	(6.225)		(12.547)		(6.244)		(11.499)	
Juros e Rendimentos	(4.688)		(9.628)		(4.445)		(8.494)	
Sinistros	(189)		(360)		(344)		(477)	
Outras	(1.348)		(2.559)		(1.455)		(2.528)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.386)		(4.157)		(1.973)		(3.965)	
Custos dos Produtos, Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(874)		(1.617)		(849)		(1.800)	
Materiais, Energia, Serviços e Outros	(37)		(80)		(41)		(80)	
Serviços de Terceiros	(324)		(628)		(277)		(526)	
Outras	(1.151)		(1.832)		(806)		(1.559)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(303)		(599)		(296)		(570)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(106)		(181)		(84)		(164)	
Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	(102)		(188)		(86)		(153)	
Transporte	(58)		(119)		(53)		(104)	
Segurança	(48)		(97)		(44)		(88)	
Viagens	(19)		(34)		(17)		(32)	
Legais e Judiciais	(330)		(330)		(150)		(150)	
Outras	(185)		(284)		(76)		(298)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.882		6.949		3.664		7.442	
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(368)		(706)		(383)		(578)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	2.514		6.243		3.281		6.864	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(2)		19		(102)		(23)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2)		19		(102)		(23)	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.512		6.262		3.179		6.841	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.512	100,00%	6.262	100,00%	3.179	100,00%	6.841	100,00%
Pessoal	627	24,96%	1.596	25,49%	965	30,36%	1.926	28,15%
Remuneração Direta	379		1.160		734		1.481	
Benefícios	144		277		157		309	
F.G.T.S.	104		159		74		136	
Impostos, Taxas e Contribuições	610	24,28%	1.933	30,87%	880	27,68%	2.131	31,15%
Federais	521		1.758		795		1.966	
Estaduais	24		45		20		39	
Municipais	65		130		65		126	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	87	3,46%	175	2,80%	85	2,67%	168	2,46%
Remuneração de Capitais Próprios	1.188	47,29%	2.558	40,85%	1.249	39,29%	2.616	38,24%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	279		614		301		642	
Lucros Retidos do Período	771		1.678		815		1.734	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	138		266		133		240	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanço Patrimonial Individual****Períodos Findos em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/06/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros		614	802
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		181	317
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		13	12
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Receber		420	473
Ativos Fiscais		595	618
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		112	160
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		483	458
Investimentos		30.456	29.000
Participação em Controladas	14	30.452	28.996
Outros Investimentos		4	4
Imobilizado, Líquido		72	72
Ativos Intangíveis	17	460	460
Outros Ativos não Financeiros		94	91
Depósitos em Garantia		94	91
TOTAL DO ATIVO		32.291	31.043

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Individual****Períodos Findos em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/06/2012	31/12/2011
Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures	20b	352	751
Obrigações Fiscais		50	112
Provisões		111	58
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		619	776
Outros passivos não financeiros		417	5
TOTAL DO PASSIVO		1.549	1.702
Patrimônio Líquido	22	30.742	29.341
Capital Social		16.500	13.678
(-) Ações em Tesouraria		-	(80)
Reservas		14.331	16.083
Resultado Abrangente Acumulado		(89)	(340)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.291	31.043

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Individual

Períodos findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
RECEITAS OPERACIONAIS (Líquidas)		1.148	2.420	1.152	2.492
Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros		9	25	24	45
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	1.138	2.392	1.127	2.446
Outras Receitas Operacionais		1	3	1	1
DESPESAS OPERACIONAIS		(41)	(152)	(80)	(165)
Despesas Gerais e Administrativas		(9)	(18)	(9)	(19)
Outras Despesas Operacionais		(18)	(100)	(42)	(87)
Despesas Financeiras		(14)	(34)	(29)	(59)
RESULTADO OPERACIONAL		1.107	2.268	1.072	2.327
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		1.107	2.268	1.072	2.327
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(57)	24	44	49
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		1	(1)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(58)	25	44	49
LUCRO LÍQUIDO		1.050	2.292	1.116	2.376
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO / DILUÍDO					
Ordinárias	26	0,22	0,50	0,25	0,54
Preferenciais	26	0,22	0,50	0,25	0,54
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA / DILUÍDA					
Ordinárias	26	1.866.289.554	1.781.458.211	1.686.072.938	1.683.434.456
Preferenciais	26	2.981.170.193	2.845.662.457	2.701.941.984	2.697.713.800

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Resultado Abrangente Individual
Períodos Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011
 (Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO		1.050	2.292	1.116	2.376
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		213	304	(15)	(154)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação	9	(63)	(143)	44	(111)
Variação de Valor Justo		386	604	(67)	(122)
Efeito fiscal		(110)	(157)	8	79
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		119	109	(44)	(26)
Hedge de fluxo de caixa		(120)	(162)	23	45
Variação de Valor Justo		(182)	(246)	35	70
Efeito fiscal		62	84	(12)	(25)
Total do Resultado Abrangente		1.262	2.543	1.080	2.241

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 22)
Períodos Fins em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores						Resultado Abrangente			Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total do Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas- De Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Disponível para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa			
Saldo ajustado em 01/01/2011	13.266	-	11.579	1.008	445	-	245	(391)	7	26.159	2.877	29.036
Transações com os Acionistas Controladores	412	-	30	-	(445)	(642)	-	-	-	(645)	-	(645)
Subscrição de Ações	412	-	-	-	-	-	-	-	-	412	-	412
Outorga de Opções	-	-	30	-	-	-	-	-	-	30	-	30
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(642)	-	-	-	(642)	-	(642)
Dividendo - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(445)	-	-	-	-	(445)	-	(445)
Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230)	(230)
Outros	-	-	(122)	-	-	-	-	-	-	(122)	-	(122)
Transferências	-	-	1.008	(1.008)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	2.376	(154)	(26)	45	2.241	240	2.481
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	2.376	-	-	-	2.376	240	2.616
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(154)	(26)	45	(135)	-	(135)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	119	-	-	(119)	-	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	1.615	-	(1.615)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2011	13.678	-	12.614	1.615	-	-	91	(417)	52	27.633	2.887	30.520
Saldo em 01/01/2012	13.678	(80)	11.788	3.744	551	-	40	(276)	(104)	29.341	2.949	32.290
Transações com os Acionistas Controladores	2.822	80	(2.872)	-	(551)	(614)	-	-	-	(1.135)	-	(1.135)
Aumento de Capital com Reservas	2.822	-	(2.822)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	80	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções	-	-	30	-	-	-	-	-	-	30	-	30
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(614)	-	-	-	(614)	-	(614)
Dividendo - excedente ao mínimo obrigatório exercício anterior	-	-	-	-	(551)	-	-	-	-	(551)	-	(551)
Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(326)	(326)
Outros	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Transferências	-	-	3.744	(3.744)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	2.292	304	109	(162)	2.543	266	2.809
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	2.292	-	-	-	2.292	266	2.558
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	304	109	(162)	251	-	251
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	115	-	-	(115)	-	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	1.563	-	(1.563)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2012	16.500	-	12.768	1.563	-	-	344	(167)	(266)	30.742	2.889	33.631

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual

Períodos findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

(Em milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(15)	(90)	5	(60)
Lucro Líquido	1.050	2.292	1.116	2.376
Ajustes ao Lucro Líquido:	(1.065)	(2.382)	(1.111)	(2.436)
Juros sobre Debêntures	14	34	59	59
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.138)	(2.392)	(1.127)	(2.446)
Tributos Diferidos	58	(25)	(43)	(49)
Depreciação e Amortizações	1	1	-	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	723	282	548	180
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(10)	(29)	28	(463)
(Redução) Aumento em Provisões, Contas a Pagar e Outros Passivos	182	176	20	493
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	-	(1)	(1)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	553	135	501	151
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	708	192	553	120
Alienação de Investimentos	-	-	4	4
Aquisição de Investimentos	-	-	(4)	(4)
Aquisição de Imobilizado	-	-	(66)	(66)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	87	1.338	68	1.151
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	87	1.338	2	1.085
Subscrições de Ações	-	-	412	412
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(363)	(1.098)	(550)	(1.200)
Pagamento de Debêntures	(432)	(432)	(416)	(416)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(795)	(1.530)	(554)	(1.204)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	-	-	1	1

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Valor Adicionado Individual

Períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Em milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2012	%	01/01 a 30/06/2012	%	01/04 a 30/06/2011	%	01/01 a 30/06/2011	%
RECEITAS	10		28		25		46	
Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros	9		25		25		45	
Outras Receitas Operacionais	1		3		-		1	
DESPESAS	(16)		(37)		(31)		(62)	
Outras Despesas	(16)		(37)		(31)		(62)	
Financeiras	(14)		(34)		(29)		(59)	
Outras	(2)		(3)		(2)		(3)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4)		(10)		(5)		(11)	
Serviços de Terceiros	-		(1)		(1)		(3)	
Outras	(4)		(9)		(4)		(8)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(4)		(6)		(3)		(6)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	-		(1)		(1)		(1)	
Outras	-		(2)		-		(1)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(10)		(19)		(11)		(27)	
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1)		(1)		-		-	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(11)		(20)		(11)		(27)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.138		2.392		1.127		2.446	
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.138		2.392		1.127		2.446	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.127	100,00%	2.372	100,00%	1.116	100,00%	2.419	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.127		2.372		1.116		2.419	
Pessoal	2	0,18%	5	0,21%	2	0,18%	5	0,21%
Remuneração Direta	2		5		2		5	
Impostos, Taxas e Contribuições	75	6,65%	75	3,16%	(2)	-0,18%	38	1,57%
Federais	75		75		(2)		38	
Remuneração de Capitais Próprios	1.050	93,17%	2.292	96,63%	1.116	100,00%	2.376	98,22%
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	279		614		301		642	
Lucros Retidos do Período	771		1.678		815		1.734	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 30 de junho de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 17,9% das ações preferenciais, 34,5% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 06 de agosto de 2012.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária com a opção de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas completas em vez das demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2012

- Alteração do IFRS 7 - “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com risco remanescentes. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 11.
- Alteração do IAS 12 – “*Income taxes*” - em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB, mas vedada pelo Banco Central do Brasil.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor” e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- Annual Improvements cycle (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – “*First-time adoption of IFRS*”, IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*”, IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” e IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”. As alterações não são efetivas antes de 1º de janeiro de 2013. Não esperamos que existam impactos relevantes.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos

subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos considerando se existem evidências objetivas que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes em provisões face à experiência de perda incorrida.

O montante de provisão em 30 de junho de 2012 era de R\$ 9.275 (R\$ 8.791 em 31/12/2011).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 1.225 (R\$ 1.187 em 31/12/2011).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4o, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 25. O montante de ativo fiscal diferido era de R\$ 9.655 (R\$ 9.006 em 31/12/2011).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 30 de junho de 2012 totalizam ativos no valor de R\$ 73.227 (R\$ 66.163 em 31/12/11) (dos quais R\$ 4.152 são derivativos) (R\$ 3.240 em 31/12/2011) e passivos no valor de R\$ 3.608 (R\$ 3.523 em 31/12/2011) (dos quais R\$ 3.377 são derivativos) (R\$ 2.486 em 31/12/11). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 30.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras

metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 30/06/2012 o montante de R\$ 95 (R\$ 36 em 31/12/2011) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 215.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa se razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil dessas provisões em 30 de junho de 2012 é de R\$ 6.612 (R\$ 6.221 em 31/12/11).

f) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 16. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

g) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações das controladas da ITAÚSA para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da ITAÚSA CONSOLIDADO, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detêm participações superior a 50% em seu capital votante.

II. Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “*Consolidation – Special Purpose Entities*”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes as suas atividades.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III. Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o CPC 19: o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidado proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial”. A ITAÚSA CONSOLIDADO optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/06/2012	Porcentagem do capital em 30/06/2011
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,79%	36,65%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,40%	35,36%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos balanços patrimoniais consolidados e nas demonstrações do resultado de entidades controladas em conjunto (Joint Ventures) consolidadas proporcionalmente pela ITAÚSA:

	30/06/2012	31/12/2011
Total de Ativos	853.228	837.292
Total de Passivos	755.419	744.076
Total de Receitas	67.085	137.714
Total de Despesas	(59.365)	(120.756)

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding e para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

IV. Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma

combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio. O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4(I). Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizavam R\$ 365 para o período de 01/01 a 30/06/12 (R\$ (428) de 01/01 a 30/06/11).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes a Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo

leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

A ITAÚSA CONSOLIDADO dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. A ITAÚSA CONSOLIDADO monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

A ITAÚSA CONSOLIDADO classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4(e)), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixados, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e as perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas em Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de *hedge* o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido de operações no exterior, conforme detalhado na Nota 8.

Hedge de valor justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a. o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b. o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em resultado abrangente acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em resultado abrangente acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

“Hedge” de investimento líquido em operação no exterior

O *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao “*Hedge*” de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em resultado abrangente acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Patrimônio Líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, na alienação total ou parcial da operação no exterior.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor

recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A ITAUSA Classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para credores de liquidação duvidosa.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING o segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. A carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. A carteira de Micro/Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. O segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, o Itaú Unibanco Holding tem duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para

mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita em nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em nível detalhado por segmento, por entender as razões relacionadas às estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido na ITAÚSA CONSOLIDADO e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Juros e Rendimentos.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Geral

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária caso exista a evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em uma deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de

créditos avaliados individualmente por *impairment* é de, no máximo 12 meses considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente, para créditos que sejam individualmente significativos, ou coletivamente, para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, utilizamos metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas), descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que eventualmente serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável, de forma a refletir (i) os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e (ii) excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, nós classificamos essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. Estimamos perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, a qual utiliza a nossa experiência histórica dos últimos anos para construir modelos internos usados tanto para estimar a PD (probabilidade de "default") quanto para estimar a LGD (perda dado o "default").

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida por nossas áreas de risco de crédito e de finanças nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência

objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro / Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é ainda dividido em grupos: Os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de diferentes variáveis para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que ele não está capturando em um relativo curto espaço de tempo efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o modelo é validado por meio de “*back-testing*”, que é o processo de testar periodicamente os modelos por meio de sua aplicação a dados históricos. São aplicados métodos estatísticos para mensurar a performance do modelo, através da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado para chegar na atualização do modelo, esse detalhamento permite que uma área independente consiga replicar o processo. Essa validação é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu. A área de validação dos modelos emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática usada para alterar o modelo. O parecer técnico posteriormente é submetido ao CTAM (Comissão técnica de avaliação de modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro/ Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), equipes diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento de portfólio na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, são utilizados dados e informações diferentes para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o nosso histórico de relacionamento do cliente, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é também aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são principalmente o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro/Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencidos” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como tal, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos, cuja composição estão apresentadas na Nota 21a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimento.

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 18).
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item f).
- Recursos de mercados interbancários.
- Recursos de mercados institucionais.
- Obrigações de planos de capitalização.
- Outros passivos financeiros (Nota 21b).

h) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

i) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que a ITAÚSA CONSOLIDADO utiliza para associadas, conforme definido pelo CPC 18) são aquelas empresas nas quais o investidor têm influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante

de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

j) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatária)

Como arrendatária, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o Itaú Unibanco Holding detém substancialmente todos os riscos e benefício de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

k) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

A ITAUSA CONSOLIDADO reconheceu no período findo em 30/06/2012 perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 0,4, referente ao Imobilizado de Uso, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos. (Em 30/06/2011 não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável).

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas Operacionais ou Despesas Gerais e Administrativas.

I) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

m) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No período findo em 30/06/2012 a ITAÚSA CONSOLIDADO reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1, referente a associações para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros, causadas por resultados inferiores aos previstos (R\$ 6 de 30/06/2011 referente aos direitos de aquisição de folha de pagamento e associações).

Conforme previsto pelo CPC 4, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

n) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras despesas operacionais. Em caso de recuperação do valor justo, menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

o) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social a compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

2012 e 2011

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as empresas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

p) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – Contratos de Seguros define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, por meio das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, pois a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante

fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios dos seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados após 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação destes. Em caso de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas provisões de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

A ITAÚSA efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do CPC 11.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. A ITAÚSA efetua o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes para fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, é contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como seguros de vida e previdência.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação do passivo estão detalhadas no Nota 29.

q) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

r) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 268 de 01/01 a 30/06/2012 (R\$ 254 de 01/01 a 30/06/2011).

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o CPC 33.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação do plano, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ou por suas controladas ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometida pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefício definido.

s) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 23.

t) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado

pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

u) **PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES**

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

v) **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA**

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) **DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

x) **LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,015 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

y) **RECEITAS**

l) Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itautec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

II) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes tais como, administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 32.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2012	31/12/2011
Disponibilidades	5.181	3.994
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.195	6.967
Aplicações em Operações Compromissadas - Mercado Aberto	10.742	3.136
Total	21.118	14.097

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R\$ 3.958 (R\$ 3.277 em 31/12/2011) e R\$ 25.181 (R\$ 31.865 em 31/12/2011), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	30/06/2012	31/12/2011
Não Remunerados	1.939	2.110
Remunerados	25.252	33.995
Total	27.191	36.105

NOTA 5 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.239	2.642	24.881	25.384	2.437	27.821
Aplicações no Mercado Aberto (*)	97.645	-	97.645	92.248	-	92.248
Total	119.884	2.642	122.526	117.632	2.437	120.069
Participação Itaúsa		36,79%			36,82%	
	44.104	972	45.076	43.314	897	44.212
Itaúsa e Empresas Industriais	760	-	760	1.033	-	1.033
Total	44.864	972	45.836	44.347	897	45.245

(*) O montante de R\$ 11.432 (R\$ 7.046 em 31/12/2011) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 44.661 (R\$ 49.701 em 31/12/2011) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 4.206 (R\$ 2.595 em 31/12/2011) e R\$ 16.431 (R\$ 18.301 em 31/12/2011).

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.806	52	(10)	1.848
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.078	378	(22)	93.434
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.179	49	(1)	1.227
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	857	22	(6)	873
Argentina	103	7	(6)	104
Estados Unidos	300	11	-	311
México	138	2	-	140
Chile	128	1	-	129
Uruguai	36	-	-	36
Colômbia	142	1	-	143
Outros	10	-	-	10
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	28.285	102	(157)	28.230
Ações Negociáveis	1.787	72	(124)	1.735
Certificado de Recebíveis Imobiliários	24	-	-	24
Certificado de Depósito Bancário	5.840	-	-	5.840
Debêntures	3.571	6	-	3.577
Euro Bonds e Assemelhados	1.641	23	(33)	1.631
Letras Financeiras	14.290	-	-	14.290
Outros	1.132	1	-	1.133
TOTAL	125.205	603	(196)	125.612
Participação Itaúsa - 36,79%	46.062	222	(72)	46.212
Outras Empresas	76	23	-	99
TOTAL	46.138	245	(72)	46.311

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 30/06/2012 eram: a) R\$ 13.574, b) R\$ 91 e c) R\$ 0, totalizando R\$ 13.665, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 4.994, b) R\$ 33 e c) R\$ 0, totalizando R\$ 5.027.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.326	35	(22)	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.914	184	(184)	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	868	42	-	910
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	787	28	(13)	802
Argentina	226	12	(13)	225
Estados Unidos	280	12	-	292
México	201	4	-	205
Chile	50	-	-	50
Uruguai	27	-	-	27
Outros	3	-	-	3
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	24.965	84	(125)	24.924
Ações Negociáveis	2.325	69	(97)	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	23	1	-	24
Certificado de Depósito Bancário	7.820	-	-	7.820
Debêntures	3.525	2	(1)	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.446	12	(27)	1.431
Letras Financeiras	8.973	-	-	8.973
Outros	853	-	-	853
TOTAL	121.860	373	(344)	121.889
Participação Itaúsa - 36,79%	44.871	137	(127)	44.882
Outras Empresas	169	50	(52)	167
TOTAL	45.040	187	(179)	45.049

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 31/12/2011 eram: a) R\$ 12.010, b) R\$ 84 e c) R\$ 48, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 4.422, b) R\$ 31 e c) R\$ 18.

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação				
Ganhos	1.082	2.209	181	513
Perdas	(751)	(1.209)	(1.032)	(1.453)
TOTAL	331	1.000	(851)	(940)
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,65% em Jun/11	122	368	(312)	(345)
TOTAL	122	368	(312)	(345)

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	45.335	45.340	37.701	37.706
Sem vencimento	3.593	3.584	3.650	3.635
Até um ano	41.742	41.756	34.051	34.071
Não Circulante	79.870	80.272	84.159	84.183
De um a cinco anos	62.956	63.244	72.064	72.088
De cinco a dez anos	8.938	9.001	8.570	8.550
Após dez anos	7.976	8.027	3.525	3.545
TOTAL	125.205	125.612	121.860	121.889
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	46.062	46.212	44.871	44.882
Outras Empresas	76	99	169	167
	46.138	46.311	45.040	45.049

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A, com um valor justo de R\$ 65.606 (R\$ 57.734 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 24.136 e (R\$ 21.259 em 31/12/2011). O retorno de tais ativos (positivo e negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos de PGBL e VGBL cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	205	4	-	209
Participação Itaúsa - 36,79%	75	1	-	77
TOTAL	75	1	-	77

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186
Participação Itaúsa - 36,82%	68	1	-	69
TOTAL	68	1	-	69

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
	30/06/2012	30/06/2012	31/06/2012	30/06/2011
Ganhos	4	9	4	10
TOTAL	4	9	4	10
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,65% em Jun/11	1	3	1	4
TOTAL	1	3	1	4

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Não Circulante	205	209	182	186
Após dez anos	205	209	182	186
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12e 36,82% em Dez/11	75	77	68	69
TOTAL	75	77	68	69

NOTA 07 – DERIVATIVOS

A ITAÚSA por intermédio principalmente de sua controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo como Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcionais à participação era de R\$ 1.506 em 30/06/2012 (R\$ 3.029 em 31/12/2011) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012
Contratos de futuros	378.074	652	(69)	583
Compromissos de Compra	146.230	(530)	(67)	(597)
Moeda Estrangeira	7.025	(351)	(74)	(425)
Mercado Interfinanceiro	117.292	21	-	21
Índices	16.932	(199)	8	(191)
Títulos	4.524	-	(8)	(8)
Commodities	457	(1)	7	6
Compromissos de Venda	231.844	1.182	(2)	1.180
Moeda Estrangeira	13.007	419	3	422
Mercado Interfinanceiro	131.510	(12)	-	(12)
Índices	80.989	775	(4)	771
Títulos	6.163	-	2	2
Commodities	175	-	(3)	(3)
Contratos de Swaps		(597)	(134)	(731)
Posição Ativa	109.629	2.248	1.166	3.414
Moeda Estrangeira	8.692	745	35	780
Mercado Interfinanceiro	40.309	307	12	319
Prefixados	28.495	338	390	728
Pós-Fixados	4.034	12	2	14
Índices	27.755	799	709	1.508
Títulos	340	47	15	62
Commodities	4	-	-	-
Outros	-	-	3	3
Posição Passiva	110.226	(2.845)	(1.300)	(4.145)
Moeda Estrangeira	12.540	(1.195)	132	(1.063)
Mercado Interfinanceiro	26.466	(62)	5	(57)
Prefixados	31.696	(444)	(490)	(934)
Pós-Fixados	6.296	(102)	(1)	(103)
Índices	32.632	(943)	(970)	(1.913)
Títulos	507	(99)	24	(75)
Commodities	72	-	-	-
Outros	17	-	-	-
Contratos de Opções	1.349.395	412	(537)	(125)
De Compra - Posição Comprada	309.581	938	(208)	730
Moeda Estrangeira	16.408	665	(25)	640
Mercado Interfinanceiro	65.253	97	(83)	14
Pós-Fixados	323	2	(2)	-
Índices	225.804	126	(97)	29
Títulos	688	27	6	33
Commodities	971	20	(9)	11
Outros	134	1	2	3
De Venda - Posição Comprada	435.550	1.316	464	1.780
Moeda Estrangeira	11.496	162	(31)	131
Mercado Interfinanceiro	46.387	282	99	381
Pós-Fixados	1.059	1	-	1
Índices	372.152	654	225	879
Títulos	2.845	151	146	297
Commodities	1.188	26	(6)	20
Outros	423	40	31	71
De Compra - Posição Vendida	196.191	(803)	83	(720)
Moeda Estrangeira	10.579	(408)	(202)	(610)
Mercado Interfinanceiro	40.721	(72)	57	(15)
Índices	144.029	(303)	243	(60)
Títulos	590	(10)	(14)	(24)
Commodities	140	(9)	1	(8)
Outros	132	(1)	(2)	(3)
De Venda - Posição Vendida	408.073	(1.039)	(876)	(1.915)
Moeda Estrangeira	8.322	(185)	81	(104)
Mercado Interfinanceiro	61.875	(123)	(455)	(578)
Índices	335.975	(546)	(334)	(880)
Títulos	1.256	(129)	(137)	(266)
Commodities	222	(15)	-	(15)
Outros	423	(41)	(31)	(72)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	268.806	75	(49)	26
Compromissos de Compra	251.094	75	19	94
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	17.712	-	(68)	(68)
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps	-	72	(120)	(48)
Posição Ativa	94.806	2.155	595	2.750
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	94.734	(2.083)	(715)	(2.798)
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	1.108.517	576	(739)	(163)
De Compra - Posição Comprada	237.863	1.122	(373)	749
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	354.697	1.457	237	1.694
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	174.398	(778)	47	(731)
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	341.559	(1.225)	(650)	(1.875)
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação			
	Valor Referencial			
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012
Contratos a Termo	16.646	1.271	(48)	1.223
Compras a Receber	7.196	1.078	(75)	1.003
Moeda Estrangeira	6.788	688	(75)	613
Prefixados	131	131	-	131
Pós-Fixados	258	259	-	259
Commodities	3	-	-	-
Outros	16	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	2.473	(465)	-	(465)
Moeda Estrangeira	2.426	(70)	(1)	(71)
Prefixados	-	(131)	-	(131)
Pós-Fixados	-	(256)	-	(256)
Commodities	39	(8)	1	(7)
Outros	8	-	-	-
Vendas a Receber	4.439	1.887	1	1.888
Moeda Estrangeira	1.962	33	5	38
Mercado Interfinanceiro	508	4	-	4
Prefixados	954	980	1	981
Pós-Fixados	165	164	-	164
Índices	19	19	-	19
Títulos	681	674	-	674
Commodities	135	12	(5)	7
Outros	15	1	-	1
Obrigações por Venda a Entregar	2.538	(1.229)	26	(1.203)
Moeda Estrangeira	2.523	(177)	28	(149)
Prefixados	-	(885)	(1)	(886)
Pós-Fixados	-	(164)	-	(164)
Commodities	15	(3)	(1)	(4)
Derivativos de Crédito	9.115	631	133	764
Posição Ativa	3.643	760	175	935
Moeda Estrangeira	130	-	1	1
Prefixados	2.341	760	152	912
Títulos	1.073	-	21	21
Outros	99	-	1	1
Posição Passiva	5.472	(129)	(42)	(171)
Moeda Estrangeira	124	-	(1)	(1)
Prefixados	4.204	(129)	(18)	(147)
Títulos	1.045	-	(21)	(21)
Outros	99	-	(2)	(2)
Operações de Forwards	37.935	(23)	81	58
Posição Ativa	18.597	455	53	508
Moeda Estrangeira	18.159	447	53	500
Mercado Interfinanceiro	20	-	-	-
Pós-Fixados	405	7	-	7
Swap com Verificação	130	-	(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	65	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	65	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	65	-	(2)	(2)
Mercado Interfinanceiro	65	-	(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	74	-	3	3
Posição Ativa	74	-	3	3
Moeda Estrangeira	74	-	3	3
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.283	169	77	246
Posição Ativa	3.762	251	102	353
Moeda Estrangeira	645	74	107	181
Títulos	3.117	177	(5)	172
Posição Passiva	521	(82)	(25)	(107)
Moeda Estrangeira	410	(82)	(25)	(107)
Títulos	111	-	-	-
	ATIVO	9.585	1.612	11.197
	PASSIVO	(7.070)	(2.108)	(9.178)
	TOTAL	2.515	(496)	2.019
Ativo - Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12		3.526	593	4.119
Passivo - Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12		(2.601)	(776)	(3.377)
TOTAL		925	(182)	743
Empresas Industriais Ativo		15	18	33
Empresas Industriais Passivo		-	-	-
ATIVO		3.541	611	4.152
PASSIVO		(2.601)	(776)	(3.377)
TOTAL		940	(164)	776

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/06/2012
Futuros	72.399	84.077	109.018	112.580	378.074
Swaps	7.033	27.526	22.995	49.827	107.381
Opções	314.789	106.792	900.981	26.833	1.349.395
Termo	3.607	6.981	2.893	3.165	16.646
Derivativos de Crédito	109	2.752	964	5.290	9.115
Forwards	9.784	19.449	5.453	3.249	37.935
Swaps com Verificação	-	-	-	65	65
Verificação de Swap	-	-	-	74	74
Outros	23	842	366	3.052	4.283

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação				
	Valor Referencial	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos a Termo	17.248	1.092	(31)	1.061	
Compras a Receber	8.702	921	(62)	859	
Moeda Estrangeira	7.883	623	(62)	561	
Mercado Interfinanceiro	520	-	-	-	
Prefixados	-	35	-	35	
Pós-Fixados	262	262	-	262	
Commodities	37	1	-	1	
Obrigações por Compra a Pagar	1.351	(324)	(9)	(333)	
Moeda Estrangeira	1.218	(43)	(8)	(51)	
Pós-Fixados	-	(262)	-	(262)	
Commodities	131	(19)	(1)	(20)	
Outros	2	-	-	-	
Vendas a Receber	2.230	1.013	7	1.020	
Moeda Estrangeira	1.181	24	9	33	
Mercado Interfinanceiro	48	1	-	1	
Prefixados	148	148	(1)	147	
Pós-Fixados	110	110	-	110	
Títulos	731	726	(1)	725	
Commodities	12	4	-	4	
Obrigações por Venda a Entregar	4.965	(518)	33	(485)	
Moeda Estrangeira	4.905	(342)	32	(310)	
Prefixados	-	(54)	-	(54)	
Pós-Fixados	-	(110)	-	(110)	
Commodities	60	(12)	1	(11)	
Derivativos de Crédito	7.194	153	136	289	
Posição Ativa	3.659	242	157	399	
Moeda Estrangeira	117	-	1	1	
Prefixados	1.820	226	134	360	
Pós-Fixados	-	5	11	16	
Índices	-	11	(1)	10	
Títulos	1.721	-	12	12	
Outros	1	-	-	-	
Posição Passiva	3.535	(89)	(21)	(110)	
Moeda Estrangeira	117	-	(1)	(1)	
Prefixados	2.900	(89)	(8)	(97)	
Títulos	517	-	(12)	(12)	
Outros	1	-	-	-	
Operações de Forwards	31.285	69	56	125	
Posição Ativa	16.257	421	30	451	
Moeda Estrangeira	15.862	415	30	445	
Mercado Interfinanceiro	19	-	-	-	
Pós-Fixados	376	6	-	6	
Posição Passiva	15.028	(352)	26	(326)	
Moeda Estrangeira	14.946	(348)	26	(322)	
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-	
Pós-Fixados	69	(1)	-	(1)	
Índices	-	(1)	-	(1)	
Títulos	-	(2)	-	(2)	
Swap com Verificação	102	-	(2)	(2)	
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	51	-	-	-	
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	51	-	(2)	(2)	
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53	-	4	4	
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894	695	20	715	
Posição Ativa	4.640	769	33	802	
Moeda Estrangeira	608	55	31	86	
Prefixados	973	521	-	521	
Títulos	3.054	193	2	195	
Outros	5	-	-	-	
Posição Passiva	254	(74)	(13)	(87)	
Moeda Estrangeira	118	(74)	(11)	(85)	
Títulos	75	-	-	-	
Outros	61	-	(2)	(2)	
ATIVO	8.175	579	8.754		
PASSIVO	(5.443)	(1.304)	(6.747)		
TOTAL	2.732	(725)	2.007		
Ativo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	3.010	214	3.224		
Passivo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	(2.004)	(480)	(2.484)		
TOTAL	1.006	(266)	740		
Empresas Industriais Ativo	7	9	16		
Empresas Industriais Passivo	(3)	1	(2)		
ATIVO	3.017	223	3.240		
PASSIVO	(2.007)	(479)	(2.486)		
TOTAL	1.010	(256)	754		
Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:					
Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Swaps	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros	112	1.372	760	2.650	4.894

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	30/06/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Futuros	583	5,2	(25)	507	96	82	(42)	(35)
BM&F Bovespa	581	5,2	(25)	506	96	82	(43)	(35)
Instituições Financeiras	2	0,0	-	1	-	-	1	-
Prêmios de Opções	2.510	22,4	1.020	234	200	953	65	38
BM&F Bovespa	1.855	16,6	893	92	154	702	14	-
Instituições Financeiras	258	2,3	88	99	19	42	7	3
Empresas	397	3,5	39	43	27	209	44	35
Operações a Termo	2.891	25,7	507	646	153	327	411	847
BM&F Bovespa	697	6,2	256	375	65	1	-	-
Instituições Financeiras	153	1,4	107	6	1	39	-	-
Empresas	2.040	18,1	144	265	87	287	411	846
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Swaps - Ajuste a Receber	3.414	30,5	271	447	240	216	729	1.511
BM&F Bovespa	443	4,0	20	45	17	25	108	228
Instituições Financeiras	367	3,3	54	83	18	31	73	108
Empresas	2.589	23,1	197	319	201	158	542	1.172
Pessoas Físicas	15	0,1	-	-	4	2	6	3
Derivativos de Crédito	935	8,4	58	507	1	4	44	321
Instituições Financeiras	633	5,7	58	507	1	2	1	64
Empresas	302	2,7	-	-	-	2	43	257
Forwards	508	4,6	92	114	85	99	57	61
Instituições Financeiras	331	3,0	71	76	57	59	29	39
Empresas	177	1,6	21	38	28	40	28	22
Verificação de Swap - Empresas	3	0,0	-	-	-	-	1	2
Outros	353	3,2	55	1	43	3	81	170
BM&F Bovespa	54	0,5	54	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	237	2,1	-	-	11	2	81	143
Empresas	62	0,6	1	1	32	1	-	27
Total (*)	11.197	100,0	1.978	2.456	818	1.684	1.346	2.915
% por prazo de vencimento			17,7%	21,9%	7,3%	15,0%	12,0%	26,0%
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12	4.119		728	904	301	620	495	1.072
Empresas Industriais	33		-	-	-	-	33	-
TOTAL	4.152		728	904	301	620	528	1.072

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 2.552 referem-se ao circulante e R\$ 1.600 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720
ATIVO								
Futuros	26	0	1	51	5	(1)	(3)	(27)
BM&F Bovespa	31	0	1	57	5	(1)	(4)	(27)
Instituições Financeiras	(4)	-	-	(2)	-	(2)	-	-
Empresas	(1)	-	-	(4)	-	2	1	-
Prêmios de Opções	2.443	27,9	1.252	182	223	660	113	13
BM&F Bovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	-
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	1
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	12
Operações a Termo	1.879	21,3	644	384	156	209	146	340
BM&F Bovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	-
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	340
Swaps - Ajuste a Receber	2.750	31,4	230	351	168	502	534	965
BM&F Bovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	180
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	77
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	708
Pessoas Físicas	4	-	1	1	2	-	-	-
Derivativos de Crédito	399	4,6	-	15	17	6	52	309
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	59
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	250
Forwards	451	5,2	96	101	73	67	44	70
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	39
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	31
Swaps com Verificação - Empresas	4	0,0	-	-	-	-	-	4
Outros	802	9,2	54	470	3	30	74	171
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	171
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-
Total (*)	8.754	100,0	2.277	1.554	645	1.473	960	1.845
% por prazo de vencimento			26,0%	17,8%	7,4%	16,8%	11,0%	21,1%
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	3.224	37	838	572	238	542	353	679
Empresas Industriais	16	-	-	-	-	-	16	-
TOTAL	3.240	37	838	572	238	542	369	679

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 2.191 referem-se ao circulante e R\$ 1.049 ao não circulante.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.635)	28,7	(1.049)	(154)	(153)	(1.171)	(70)	(38)
BM&F Bovespa	(1.992)	21,7	(895)	(82)	(105)	(892)	(18)	-
Instituições Financeiras	(524)	5,7	(121)	(63)	(38)	(230)	(37)	(35)
Empresas	(119)	1,3	(33)	(9)	(10)	(49)	(15)	(3)
Operações a Termo	(1.668)	18,2	(158)	(71)	(34)	(209)	(353)	(843)
Instituições Financeiras	(106)	1,2	(105)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(1.562)	17,0	(53)	(70)	(34)	(209)	(353)	(843)
Swaps - Ajuste a Pagar	(4.145)	45,1	(208)	(560)	(144)	(698)	(624)	(1.911)
BM&F Bovespa	(727)	7,9	(1)	(123)	(16)	(135)	(83)	(369)
Instituições Financeiras	(967)	10,5	(84)	(102)	(39)	(197)	(138)	(407)
Empresas	(2.399)	26,1	(113)	(327)	(81)	(347)	(398)	(1.133)
Pessoas Físicas	(52)	0,6	(10)	(8)	(8)	(19)	(5)	(2)
Derivativos de Crédito	(171)	1,9	(8)	(6)	(6)	(4)	(5)	(142)
Instituições Financeiras	(165)	1,8	(8)	(6)	(5)	(2)	(4)	(140)
Empresas	(6)	0,1	-	-	(1)	(2)	(1)	(2)
Forwards	(450)	4,9	(88)	(175)	(46)	(89)	(50)	(2)
Instituições Financeiras	(342)	3,7	(70)	(156)	(28)	(45)	(43)	-
Empresas	(108)	1,2	(18)	(19)	(18)	(44)	(7)	(2)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(107)	1,2	-	(1)	(11)	-	(89)	(6)
Instituições Financeiras	(89)	1,0	-	-	-	-	(85)	(4)
Empresas	(18)	0,2	-	(1)	(11)	-	(4)	(2)
Total (*)	(9.178)	100,0	(1.511)	(967)	(394)	(2.171)	(1.191)	(2.944)
% por prazo de vencimento			16,5%	10,5%	4,3%	23,7%	13,0%	32,1%
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12	(3.377)		(556)	(356)	(145)	(799)	(438)	(1.083)
Outras Empresas			-	-	-	-	-	-
TOTAL	(3.377)		(556)	(356)	(145)	(799)	(438)	(1.083)

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.855) referem-se ao circulante e R\$ (1.521) ao não circulante.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.606)	38,6	(1.205)	(289)	(235)	(712)	(153)	(12)
BM&F Bovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	(818)	12,1	(42)	(92)	(194)	(56)	(99)	(335)
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.798)	41,5	(211)	(177)	(116)	(534)	(497)	(1.263)
BM&F Bovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	(110)	1,7	-	(5)	(9)	(7)	(8)	(81)
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	(326)	4,8	(68)	(67)	(61)	(49)	(47)	(34)
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(87)	1,3	-	-	-	(6)	(81)	-
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	(6.747)	100,0	(1.526)	(630)	(615)	(1.364)	(885)	(1.727)
% por prazo de vencimento			22,60%	9,3%	9,1%	20,2%	13,1%	25,6%
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	(2.484)		(562)	(232)	(226)	(502)	(326)	(636)
Outras Empresas	(2)	-	-	-	-	-	(2)	-
TOTAL	(2.486)	-	(562)	(232)	(226)	(502)	(328)	(636)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.523) referem-se ao circulante e R\$ (964) ao não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
Swap	(470)	(457)	621	915
Termo	21	35	12	82
Futuro	(1.563)	(1.690)	190	262
Opções	(50)	344	(16)	224
Derivativos de Crédito	(3)	54	24	59
Outros	896	704	(425)	(947)
Total	(1.169)	(1.010)	406	595
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,65% em Jun/11	(430)	(372)	149	218
TOTAL	(430)	(372)	149	218

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos públicos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que a ITAÚSA e suas controladas são vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a ITAÚSA e suas controladas não tinham contratos em aberto referentes a proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

30/06/2012						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(161)
TRS	-	-	-	-	-	(10)
Total por Instrumento	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(171)
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12	2.013	696	511	487	320	(63)
TOTAL	2.013	696	511	487	320	(63)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(161)
Total por Risco	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(161)
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12	2.013	696	511	487	320	(59)
TOTAL	2.013	696	511	487	320	(59)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(161)
Total por Entidade	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(161)
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12	2.013	696	511	487	320	(59)
TOTAL	2.013	696	511	487	320	(59)
31/12/2011						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.526	1.290	1.106	990	140	(101)
TRS	9	-	-	9	-	(9)
Total por Instrumento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Risco	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Entidade	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)

A ITAÚSA e suas controladas avaliam o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). A ITAÚSA e suas controladas, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, a ITAÚSA e suas controladas não incorreram em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *nominal* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(5.472)	2.585	(2.887)
TRS	-	1.058	1.058
Total	(5.472)	3.643	(1.829)
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12	(2.013)	1.340	(673)
TOTAL	(2.013)	1.340	(673)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.526)	2.471	(1.055)
TRS	(9)	1.188	1.179
Total	(3.535)	3.659	124
Participação Itaúsa - 36,82 em Dez/11	(1.302)	1.347	46
TOTAL	(1.302)	1.347	46

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificada como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza: (i) contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e (ii) swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2012 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração do resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior da ITAÚSA e de suas controladas consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, ativos financeiros e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF e ativos financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, sendo que o vencimento dos instrumentos de hedge ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

A estratégia de hedge de valor justo da ITAÚSA CONSOLIDADO consiste em um hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no valor justo de recebimentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a certos ativos pré-fixados, denominados em UF (unidade de fomento), emitidos no Chile.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela ICPR (Índice de Camera Promédio Real) e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo da taxa ICPR.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o método percentagem approach. O método percentagem approach é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de hedge) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão em 2022. Período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e apresentam a **posição total** mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding:

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	30/06/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(554)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1	(282)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1
Swap de Taxa de Juros	(24)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(30)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(578)		1	(312)		1

(*) Em 30 junho de 2012, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 545 (R\$ 167 em 31/12/2011).

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	30/06/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(1.383)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	64	(890)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	42
Forward	197	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	28	130	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	19
NDF (2)	302	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2	335	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Ativos Financeiros	(9)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(10)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(893)		94	(435)		63

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DI) e um vencimento posterior.

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Em 30 de Junho de 2012, o Ganho ou (Perda) acumulado reconhecido no Resultado dos Instrumentos e Objeto de Hedge utilizados em Hedge de Valor Justo é R\$ 0,077.

As tabelas abaixo apresentam para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto de *Hedge* em 30/06/2012:

Estratégias	30/06/2012			31/12/2011		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de Hedge		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de depósitos e operações compromissadas	28.198	1	28.198	19.113	(4)	19.083
<i>Hedge</i> de ações preferenciais resgatáveis	795	(31)	795	737	(37)	737
<i>Hedge</i> de CDB subordinado	87	-	124	87	-	118
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações no Exterior (*)	7.012	279	4.207	6.886	31	4.131
<i>Hedge</i> de Valor Justo	36	-	36	-	-	-
<i>Hedge</i> de Valor Justo	36.128	249	33.360	26.823	(10)	24.069

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40%, referente impostos.

Prazo de vencimento	Estratégias					Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações no Exterior	Hedge de Valor Justo	
2012	10.273	-	-	7.012	-	17.285
2013	11.636	-	-	-	-	11.636
2014	5.505	-	87	-	-	5.592
2015	-	795	-	-	-	795
2016	-	-	-	-	-	-
2017	784	-	-	-	-	784
2022	-	-	-	-	36	36
Total	28.198	795	87	7.012	36	36.128

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	784	4	-	788	802	4	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	10.916	539	25	11.480	12.296	183	(55)	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	10.206	365	(9)	10.562	5.667	240	(1)	5.906
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	6.047	6	(28)	6.025	4.327	5	(15)	4.317
Estados Unidos	198	-	-	198	-	-	-	-
México	-	-	-	-	10	1	-	11
Dinamarca	1.445	-	-	1.445	1.949	-	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	418	-	-	418
Coreia	1.672	-	-	1.672	295	-	-	295
Chile	2.110	4	(5)	2.109	992	4	(1)	995
Paraguai	262	-	(22)	240	358	-	(14)	344
Uruguai	294	1	(1)	294	268	-	-	268
Outros	66	1	-	67	37	-	-	37
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	30.900	1.215	(171)	31.944	23.174	1.699	(816)	24.057
Ações Negociáveis	3.129	439	(26)	3.542	3.458	698	(178)	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.237	453	(4)	8.686	7.806	707	(499)	8.014
Certificado de Depósito Bancário	308	-	-	308	274	-	-	274
Debêntures	9.858	167	(15)	10.010	7.165	139	(68)	7.236
Euro Bonds e Assembledados	4.763	139	(126)	4.776	3.554	152	(68)	3.638
Notas Promissórias	966	-	-	966	646	-	-	646
Letras Financeiras	2.858	-	-	2.858	-	-	-	-
Outros	781	17	-	798	271	3	(3)	271
TOTAL	58.853	2.129	(183)	60.799	46.266	2.131	(887)	47.510
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82 em Dez/11	21.652	783	(67)	22.368	17.036	785	(327)	17.494
Empresas Industriais	251	68	-	319	270	41	-	311
TOTAL	21.903	851	(67)	22.687	17.306	826	(327)	17.805

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2012 eram: a) R\$ 4.151 (R\$ 2.208 em 31/12/2011), b) R\$ 5.637 (3.880 em 31/12/2011), c) R\$ 0 (R\$ 12 em 31/12/2011) e d) R\$ 1.920 (R\$ 2.355 em 31/12/2011, totalizando R\$ 11.708 (R\$ 8.455 em 31/12/11), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 1.527 (R\$ 812 em 31/12/2011), b) R\$ 2.074 (1.427 em 31/12/2011), c) R\$ 0 (R\$ 4 em 31/12/2011) e d) R\$ 706 (R\$ 866 em 31/12/2011, totalizando R\$ 4.307 (R\$ 3.109 em 31/12/11)).

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos	239	500	159	376
Perdas	(67)	(111)	(39)	(72)
Total	172	389	120	304
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,65% em Jun/11	63	143	44	111
Total	63	143	44	111

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	17.626	18.083	13.239	13.904
Sem Vencimento	3.909	4.326	4.257	4.779
Até um ano	13.717	13.757	8.982	9.125
Não Circulante	41.227	42.716	33.027	33.606
De um a cinco anos	17.154	17.508	16.875	17.042
De cinco a dez anos	12.566	12.622	9.792	9.655
Após dez anos	11.507	12.586	6.360	6.909
Total	58.853	60.799	46.266	47.510
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	21.652	22.368	17.036	17.494
Empresas Industriais	251	319	270	311
TOTAL	21.903	22.687	17.306	17.805

Durante o período findo em 30/06/2012 e 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.894	2.812
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	117	196
Títulos Públicos - Outros Países	1	-
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	104	97
Debêntures	32	30
Euro Bonds e Assemelhados	70	65
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2	2
Total	3.116	3.105
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	1.147	1.144
TOTAL	1.147	1.144

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2012 eram: a) R\$ 0 (R\$ 189 em 31/12/11) e b) R\$ 44 (R\$ 41 em 31/12/2011), totalizando R\$ 44 (R\$ 230 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 0 (R\$ 70 em 31/12/11) e b) R\$ 16 (R\$ 15 em 31/12/2011), totalizando R\$ 16 (R\$ 85 em 31/12/2011).

O resultado com os Ativos Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 219 (R\$ 210 de 01/01 a 30/06/2011) refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 81 (R\$ 77 de 01/01 a 30/06/2011).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	152	120
Até um ano	152	120
Não Circulante	2.964	2.985
De um a cinco anos	133	242
De cinco a dez anos	1.252	1.077
Após dez anos	1.579	1.666
Total	3.116	3.105
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	1.147	1.144
TOTAL	1.147	1.144

Durante o período findo em 30/06/2012 e de 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO- ITAÚ UNIBANCO HOLDING

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	30/06/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	148.020	148.127
Cartão de Crédito	36.777	38.961
Crédito Pessoal	38.449	35.253
Veículos	57.058	60.463
Crédito Imobiliário	15.736	13.450
Grandes Empresas	98.318	93.229
Micro/Pequenas e Médias Empresas	87.996	85.649
Unidades Externas América Latina	23.358	19.259
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	357.692	346.264
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.212)	(23.873)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	332.480	322.391
Participação Itaúsa	36,79%	36,82%
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	131.592	127.501
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.275)	(8.791)
Total Participação Itaúsa	122.317	118.710
Por setor do devedor	30/06/2012	31/12/2011
Setor Público	1.132	1.990
Indústria e Comércio	104.152	99.859
Serviços	76.198	70.642
Setor Primário	17.224	16.109
Outros Setores	933	1.497
Pessoa Física	158.053	156.167
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	357.692	346.264
Participação da Itaúsa	36,79%	36,82%
	131.592	127.501
Por vencimento	30/06/2012	31/12/2011
Vencidas a partir de 1 dia	5.478	5.479
A vencer até 3 meses	37.030	35.146
A vencer de 3 a 12 meses	32.526	31.460
A vencer acima de um ano	56.558	55.416
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	131.592	127.501
Por Concentração	30/06/2012	31/12/2011
Principal Devedor	1.254	858
10 Maiores Devedores	6.263	5.013
20 Maiores Devedores	9.087	7.955
50 Maiores Devedores	14.538	13.073
100 Maiores Devedores	19.723	17.778

O acréscimo do valor presente líquido das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva provisão para crédito de liquidação duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da receita de juros e rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 344 e R\$ 333 de receita de juros e rendimentos em 30/06/2012 e 30/06/2011, respectivamente, com igual impacto na despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING							
Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final/Inicial	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final
	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011		31/12/2011	01/01 a 30/06/2012		30/06/2012
Pessoas Físicas	10.619	(8.631)	11.641	13.629	(5.406)	6.770	14.993
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825	(2.169)	1.696	3.352
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343	(2.126)	3.367	6.584
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415	(1.093)	1.687	5.009
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46	(18)	20	48
Grandes Empresas	1.071	(294)	(19)	758	(153)	154	759
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.001)	8.157	9.197	(5.066)	4.988	9.119
Unidades Externas e América Latina	263	(233)	259	289	(111)	163	341
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873	(10.736)	12.075	25.212
	36,57%			36,82%			36,79%
Participação Itaúsa	7.312			8.791			9.275

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes.

Por Setor do Devedor	30/06/2012	31/12/2011
Setor Público	3	1
Indústria e Comércio	6.117	6.266
Serviços	3.524	3.476
Setor Primário	278	273
Outros Setores	36	32
Pessoa Física	15.254	13.825
Total	25.212	23.873
	36,79%	36,82%
Participação Itaúsa	9.275	8.791

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4.g. VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012						31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.168	435	97.150	324	98.318	759	1.033	430	92.196	328	93.229	758
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	12.534	7.882	135.486	7.111	148.020	14.993	10.986	6.738	137.141	6.891	148.127	13.629
Cartão de Crédito	2.619	1.648	34.158	1.704	36.777	3.352	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	4.587	2.850	33.862	3.734	38.449	6.584	3.455	2.087	31.798	3.256	35.253	5.343
Veículos	5.180	3.357	51.878	1.652	57.058	5.009	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	148	27	15.588	21	15.736	48	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.814	4.825	81.182	4.294	87.996	9.119	6.770	4.808	78.879	4.389	85.649	9.197
Unidades Externas América Latina	87	38	23.271	303	23.358	341	63	36	19.196	253	19.259	289
Total	20.603	13.180	337.089	12.032	357.692	25.212	18.852	12.012	327.412	11.861	346.264	23.873
Participação Itaúsa			36,79%		36,82%				36,82%			
	7.580	4.849	124.013	4.426	131.592	9.275	6.942	4.423	120.559	4.367	127.501	8.791

(*) Conforme detalhamento na nota 2.4.g. VIII, os créditos de grandes empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Conseqüentemente é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para grandes empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentado abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	13.134	(1.208)	11.926
Até 1 ano	13.134	(1.208)	11.926
Não Circulante	13.611	(3.888)	9.723
Entre 1 e 5 anos	13.334	(3.831)	9.503
Acima de 5 anos	277	(57)	220
Total	26.745	(5.096)	21.649
Participação Itaúsa		36,79%	
	9.839	(1.875)	7.965

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	15.244	(1.172)	14.072
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	18.133	(5.361)	12.772
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	33.377	(6.533)	26.844
Participação Itaúsa		36,82%	
	12.290	(2.406)	9.884

Os valores da Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 693 em 30/06/2012 (R\$ 744 em 31/12/2011), já considerada a participação da Itaúsa.

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação ou de aquisição de cotas subordinadas de fundos de direitos creditórios. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 30/06/2012:

Natureza da Operação	Ativo		Passivo	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	168	179	168	164
Grandes Empresas - Capital de Giro	11	11	11	11

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA**a) Arrendamento Mercantil Financeiro**

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 95 (R\$ 125 em 31/12/2011).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
Circulante	202	220
Até 1 ano	202	220
Não Circulante	56	120
De 1 a 5 Anos	56	120
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	258	340
Juros Futuro	-	1
Valor Presente	258	339
	36,79%	36,82%
Participação Itaúsa	95	125

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano, eram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
Circulante	495	882
Até 1 ano	495	882
Não Circulante	3.684	3.132
De 1 a 5 anos	2.964	2.537
Mais de 5 anos	720	595
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.179	4.014
	36,79%	36,82%
Participação Itaúsa	1.537	1.478

NOTA 13 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	30/06/2012	31/12/2011
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	370	397
Produtos Acabados	321	259
Produtos em elaboração	74	74
Almoxarifado Geral	77	77
Adiantamento a Fornecedores	17	20
Provisão para perdas nos estoques	(52)	(58)
Outros	-	2
Total	806	771

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas e Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas e controladas em conjunto, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

E m p r e s a s	Saldos em 31/12/2011	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação em Controladas	Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Hedge de Fluxo de Caixa	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 30/06/2012	Valor de Mercado (2)
Itaú Unibanco Holding S.A.	14.810	(1.145)	1.722	160	59	15	(86)	(3)	15.532	46.619
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	11.896	(45)	607	140	51	14	(76)	(2)	12.585	-
Duratex S.A.	1.299	(22)	65	-	(1)	1	-	-	1.342	2.057
Elekeiroz S.A.	460	-	(1)	-	-	-	-	-	459	178
Itautec S.A.	388	-	(5)	4	-	-	-	-	387	476
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100	-	1	-	-	-	-	-	101	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	43	-	3	-	-	-	-	-	46	-
TOTAL GERAL	28.996	(1.212)	2.392	304	109	30	(162)	(5)	30.452	

(1) Em outros ativos, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Valor justo dos investimentos em coligadas e controladas com base nas cotações de ações das empresas.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	78.894	6.807	885.142.980	77.193	36,79%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	18.916	913	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.542	3.817	185	194.070.169	-	35,40%	35,40%
Elekeiroz S.A.	320	475	(1)	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	280	535	(7)	10.953.371	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	48	101	1	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	71	47	-	35.000.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	% de participação em 30/06/2012		30/06/2012					31/12/2011			30/06/2011	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.816	176	2.054	58	1.715	2.681	2.014	2.094	98	25
BSF Holding S.A.(c)	49,00	49,00	489	13	823	6	-	-	-	-	-	-
Banco BPI S.A. (d)	-	-	-	-	-	(101)	-	1.151	219	219	(1.105)	(210)
Serasa S.A. (e)	16,14	16,14	1.120	120	273	29	1.404	1.119	273	1.161	115	27
Outros (f)	-	-	-	-	43	-	-	-	38	-	-	27
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	3.193	(8)	-	-	2.544	-	-	(131)
Participação Itaúsa						36,79%			36,82%			36,65%
					1.175	(3)			937			(48)
Outros Investimentos (f)					1	22			1			25
Total					1.176	19			938			(23)

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 2012 a posição de 31/05/2012, conforme o IAS 27;

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 845 em 30 de junho de 2012 e R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento;

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 30 de junho de 2012 que corresponde ao ágio;

(d) Investimento alienado em 20/04/2012;

(e) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(f) Em 30/06/2012, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (30,06% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

ITAÚSA CONSOLIDADO	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Total de ativos (*)	4.777	107.783	-
Total de passivos (*)	352	102.831	-
Total de receitas (*)	719	-	3.611
Total de despesas (*)	(410)	-	(3.228)

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R\$ 103.696 em 31/12/2011 referente a Ativos, de R\$ 102.544 em 31/12/2011 referente a Passivos, de R\$ 3.119 em 30/06/2011 referente a Receitas e de R\$ 2.950 em 30/06/2011 referente a Despesas. Esse investimento foi alienado em 20/04/2012.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

ITAÚSA	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Total de ativos	862.284	846.083	-
Total de passivos	759.500	748.016	-
Total de receitas	69.858	-	74.212
Total de despesas	(61.960)	-	(66.077)

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2011			Movimentações				Saldo em 30/06/12		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO (2)	-	3.152	(1.133)	2.019	85	(63)	(76)	6	3.180	(1.209)	1.971
Terrenos	-	1.056	-	1.056	17	(61)	-	(7)	1.005	-	1.005
Edificações	4	1.638	(909)	729	27	(2)	(29)	-	1.663	(938)	725
Benfeitorias	10	458	(224)	234	41	-	(47)	13	512	(271)	241
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	6.153	(3.087)	3.066	540	(13)	(300)	(14)	6.666	(3.387)	3.279
Instalações de Uso	5 a 20	773	(450)	323	44	-	(29)	16	833	(479)	354
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.807	(1.166)	1.641	60	(21)	(103)	19	2.865	(1.269)	1.596
Sistema Processamento de Dados (3)	20 a 50	1.868	(1.253)	615	171	(4)	(150)	-	2.035	(1.403)	632
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	705	(218)	487	265	12	(18)	(49)	933	(236)	697
TOTAL IMOBILIZADO	-	9.305	(4.220)	5.085	625	(76)	(376)	(8)	9.846	(4.596)	5.250

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 1 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 64, sendo de Imóveis de Uso R\$ 37, Benfeitorias R\$ 16 e Equipamentos R\$ 11;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 16 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de junho de 2012, a Duraflora S.A. possuía aproximadamente 140 mil hectares em áreas de efetivo plantio (138 mil hectares em 31/12/2011) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2012	31/12/2011
Custo de formação dos ativos biológicos	540	519
Diferencial entre o custo e o valor justo	569	575
Valor justo dos ativos biológicos	1.109	1.094

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	30/06/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.094	1.030
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	69	154
Exaustão	(75)	(138)
Variação do Valor Histórico		
Formação	41	98
Exaustão	(20)	(57)
Aquisição	-	7
Saldo final	1.109	1.094
	30/06/2012	31/12/2011
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(6)	16
Variação do Valor Justo	69	154
Exaustão do Valor Justo	(75)	(138)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos maiores preços a valor presente da madeira em pé, bem como de sua maior produtividade.

NOTA 17 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2011			Movimentações					30/06/2012		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução ao Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	0%	607	(330)	277	56	-	(70)	-	-	663	(400)	263
Outros Ativos Intangíveis (*)		3.408	(673)	2.735	260	-	(164)	(1)	12	3.680	(837)	2.843
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	0%	516	(41)	475	4	-	(25)	(1)	5	525	(66)	459
Gastos com Aquisição de Software	20%	859	(330)	529	239	-	(51)	-	6	1.104	(381)	723
Marcas e Patentes	0 a 50%	85	(8)	77	-	-	(3)	-	-	85	(11)	74
Ágio por Rentabilidade Futura	0%	687	-	687	-	-	-	-	-	687	-	687
Carteira de Clientes	6 a 50%	1.016	(224)	792	-	-	(70)	-	-	1.016	(294)	722
Outros Ativos Intangíveis	10 a 20%	245	(70)	175	17	-	(15)	-	1	263	(85)	178
INTANGÍVEL		4.015	(1.003)	3.012	316	-	(234)	(1)	12	4.343	(1.237)	3.106

(1) Nota 2.4.1;

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se principalmente ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição, conforme apresentado na Nota 27.

NOTA 18 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	129.051	74.564	203.615	130.523	83.181	213.704
Depósitos a Prazo	46.522	74.351	120.873	61.560	82.909	144.469
Depósitos Interfinanceiros	9.473	213	9.686	1.793	272	2.065
Depósitos de Poupança	73.056	-	73.056	67.170	-	67.170
Depósitos não Remunerados	31.360	-	31.360	28.932	-	28.932
Depósitos a Vista	31.360	-	31.360	28.932	-	28.932
Total	160.411	74.564	234.975	159.455	83.181	242.636
		36,79%			36,82%	
Participação Itaúsa	59.014	27.432	86.446	58.714	30.629	89.343
Eliminações	(19)	-	(19)	(17)	-	(17)
TOTAL	58.995	27.432	86.427	58.697	30.629	89.326

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

ITAU UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Notas Estruturadas	629	2.815
Total	629	2.815
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	231	1.037
TOTAL	231	1.037

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ (804) (R\$ 545 em 31/12/2011).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/06/2012 e 31/12/2011.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 108 (R\$ 613 em 31/12/2011) e títulos de dívida no montante de R\$ 123 (R\$ 115 em 31/12/2011). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação são os seguintes:

ITAU UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante	113	1.803
Até um ano	113	1.803
Não Circulante	516	1.012
De um a cinco anos	478	909
De cinco a dez anos	21	88
Após dez anos	17	15
Total	629	2.815
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	231	1.037
TOTAL	231	1.037

NOTA 20 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	77.170	106.577	183.747	78.408	107.005	185.413
Interbancários	51.535	43.143	94.678	47.265	43.233	90.498
Letras Hipotecárias	46	195	241	37	207	244
Letras de Crédito Imobiliário	15.062	1.904	16.966	14.470	1.281	15.751
Letras de Crédito do Agronegócio	1.357	2.532	3.889	1.422	1.862	3.284
Letras Financeiras	4.343	13.318	17.661	2.544	11.764	14.308
Financiamento à Importação e à Exportação	17.812	2.928	20.740	17.755	3.697	21.452
Repasses no país	12.915	21.779	34.694	11.037	24.422	35.459
Outros	-	487	487	-	-	-
Participação Itaúsa		36,79%			36,82%	
Mercado Aberto	28.392	39.210	67.602	28.871	39.401	68.273
Mercados Interbancários	18.959	15.872	34.831	17.404	15.919	33.323

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	60% CDI a 13,23%	0,15% a 5,00%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 112,75% CDI	-
Letra de Crédito do Agronegócio	20% a 95% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	0,40% a 105,25% CDI	0,63% a 11,75%
Repasses no país	0,50% a 16,55% TJLP	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos os passivos em transações nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO vende à vista, para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pela ITAÚSA CONSOLIDADO. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 60% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011 e 2012 a Itaúsa efetuou pagamentos no valor de R\$ 416 e R\$ 432, referente amortização da primeira e segunda parcelas respectivamente.

c) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida subordinada (*)	5.347	38.399	43.746	10.719	28.996	39.715
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.033	1.532	2.565	1.039	-	1.039
Obrigações por TVM no Exterior	5.518	6.719	12.237	8.143	5.910	14.053
Total	11.898	46.650	58.548	19.901	34.906	54.807
		36,79%			36,82%	
Participação Itaúsa	4.377	17.163	21.540	7.328	12.853	20.180
Debêntures Itaúsa	352	-	352	401	350	751
Total	4.729	17.163	21.892	7.729	13.203	20.931

(*) Em 30/06/2012, R\$ 38.983 (R\$ 38.257 em 31/12/2011), com reflexo na Itaúsa Consolidado de R\$ 14.342 e R\$ 14.087, respectivamente, integram o Patrimônio Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.352, de 31/01/2008, do CNM.

Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida subordinada	CDI + 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por emissão de debêntures	CDI + 0,35	-
Obrigações por TVM no exterior	1,40% a 8,00%	0,24% a 16,43%

NOTA 21 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	10.514	5.110	15.624	10.604	4.321	14.925
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	5.753	-	5.753	6.745	-	6.745
Operações de Seguros e Resseguros	1.488	-	1.488	1.322	-	1.322
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	382	4.744	5.126	957	3.915	4.872
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	271	-	271	221	-	221
Negociação e Intermediação de Valores	1.543	-	1.543	593	-	593
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31)	165	103	268	77	159	236
Serviços Prestados a Receber	846	-	846	463	-	463
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	263	263	-	247	247
Carteira de Câmbio	-	-	-	99	-	99
Operações sem Características de Concessão de Crédito	66	-	66	127	-	127
Não Financeiros	3.842	554	4.396	3.522	547	4.069
Despesas Antecipadas	834	554	1.388	868	547	1.415
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	864	-	864	735	-	735
Diversos no País	1.799	-	1.799	1.611	-	1.611
Diversos no Exterior	66	-	66	41	-	41
Outros	279	-	279	267	-	267

(1) Neste período não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado através da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Mar/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros passivos

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	16.622	21	16.643	16.202	44	16.246
Operações com Cartões de Crédito	13.683	-	13.683	15.169	-	15.169
Carteira de Câmbio	71	-	71	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	2.606	-	2.606	922	-	922
Obrigações Leasing Financeiro	74	21	95	81	44	125
Recursos de Consorciados	31	-	31	30	-	30
Outros	157	-	157	-	-	-
Não Financeiros	11.827	276	12.103	10.015	252	10.267
Obrigações Empresas Industriais	2.613	-	2.613	2.498	-	2.498
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.560	-	1.560	320	-	320
Credores Diversos - País e Exterior	1.276	-	1.276	754	-	754
Recursos em Trânsito	1.505	-	1.505	1.420	-	1.420
Provisão para Pagamentos Diversos	1.128	245	1.373	768	210	978
Sociais e Estatutárias	1.491	15	1.506	1.488	31	1.519
Relativas a Operações de Seguros	407	-	407	341	-	341
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamentos	182	-	182	555	-	555
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28 b e d)	104	15	119	127	11	138
Provisão de Pessoal	688	-	688	568	-	568
Provisão para Seguro Saúde	232	-	232	229	-	229
Rendas Antecipadas	257	-	257	266	-	266
Outros	385	-	385	681	-	681

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 26/04/2012, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Cancelamento das 8.700.000 ações escriturais preferenciais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do capital social;
- Aumento do capital social em R\$ 2.822, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 1.062 da Reserva para Equalização de Dividendos e R\$ 1.760 da Reserva para Reforço do Capital de Giro;
- Emissão de 440.678.158 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 169.662.686 ordinárias e 271.015.472 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuírem no final do dia 26.04.2012, após o cancelamento de ações de emissão própria proposto no item I acima;

Em decorrência dos itens precedentes, o Capital Social foi elevado para R\$ 16.500, representado por 4.847.459.747 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.866.289.554 ordinárias e 2.981.170.193 preferenciais, sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Também na AGE de 26/04/2012 deliberou-se aumento de Capital social em R\$ 500 milhões com integralização em dinheiro e/ou compensação com créditos originários de juros sobre o capital próprio complementares declarados em 29/02/2012.

Considerada a grande volatilidade do mercado de capitais, reflexo da crise financeira européia, que provocou a queda generalizada na cotação das ações no mercado de valores mobiliários, incluindo os papéis de emissão da Itaúsa, as sobras de subscrição representaram 17,73% do total de ações a serem emitidas. Em decorrência desse fato, em AGE de 06/07/2012 deliberou-se pelo cancelamento da chamada de capital. A devolução aos subscritores foi efetuada em 16/07/2012, sendo os valores atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2011 e em 30 de junho de 2012:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2011	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Movimentações das ações do capital integralizado				
AGE de 29/04/2011	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Aumento de Capital	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Ações em Tesouraria em 01/01/2011	-	-	-	-
Aquisição de Ações	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
Em Circulação em 31/12/2011	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	13.598
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2012	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Movimentações das ações do capital integralizado				
AGE de 26/04/2012	169.662.686	271.015.472	440.678.158	2.822
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	2.822
Bonificação de 10% em Ações	169.662.686	271.015.472	440.678.158	-
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Residentes no País	1.865.986.068	1.998.286.365	3.864.272.433	13.153
Residentes no Exterior	303.486	982.883.828	983.187.314	3.347
Ações em Tesouraria em 01/01/2012 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 26/04/12	-	8.700.000	8.700.000	80
Ações em Tesouraria em 30/06/2012	-	-	-	-
Em Circulação em 30/06/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação conforme deliberado na AGO/E de 05 de março de 2012.

Decorrente do cancelamento da chamada de capital aprovado em AGE realizada em 06.07.2012, não serão declarados juros sobre capital próprio complementares relativos ao 1º semestre de 2012, tradicionalmente antecipados aos acionistas no mês de agosto.

I. Cálculo

	<i>(Em milhões de Reais)</i>	
Lucro Líquido	2.292	
(-) Reserva Legal	(115)	
Base de Cálculo do Dividendo	2.177	
Dividendo Mínimo Obrigatório	544	
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	544	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionados	614	(70)	545
Dividendos	146	-	146
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/07/2012	73	-	73
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/10/2012	73	-	73
Juros sobre o Capital Próprio	468	(70)	398
1 parcela de R\$ 0,0968 por ação a ser declarado	468	(70)	398
Total em 30/06/2012 - R\$ 0,1123 líquido por ação	614	(70)	544
Total em 30/06/2011 - R\$ 0,1164 líquido por ação ^(*)	642	(78)	564

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/06/2012	31/12/2011
RESERVAS DE LUCROS	14.038	15.268
Legal	2.133	2.019
Estatutárias	11.905	13.249
Equalização de Dividendos	4.215	4.501
Reforço do Capital de Giro	2.786	4.313
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.904	4.435
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	551
Outras Reservas	293	264
Total das Reservas na Controladora	14.331	16.083

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

NOTA 23 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, do tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características dos Programas

II.1 – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgados opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda o ajuste de até 20% para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento, após o respectivo período de carência, sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data da concessão foi estimada para as ações adquiridas no período findo em 30/06/2012 – R\$ 36,00 por ação (R\$ 37,00 por ação em 30/06/2011).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding, menos o preço a vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 50 em 30/06/2012 (R\$ 48 em 30/06/2011).

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2011	Quantidade de Ações				
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	Saldo a Exercer em 30/06/2012	
Opções Simples												
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	19,40	19,00	33,92	937.275	-	(333.375)	-	603.900	
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	19,40	-	-	11.357	-	-	-	11.357	
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,86	28,22	37,08	6.854.365	-	(1.894.985)	-	4.959.380	
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,86	-	-	15.867	-	-	-	15.867	
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,81	-	-	874.167	-	-	-	874.167	
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	37,81	-	-	75.901	-	-	(75.901)	-	
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	37,76	-	-	29.518	-	-	(29.518)	-	
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	46,72	-	-	25.301	-	-	(25.301)	-	
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,96	-	-	52.707	-	-	-	52.707	
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	33,18	32,70	38,42	21.083	-	(21.083)	-	-	
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	36,74	35,91	38,32	7.732.975	-	(344.650)	(1.048.200)	6.340.125	
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	36,74	-	-	30.649	-	-	-	30.649	
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	36,74	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	37,81	-	-	75.901	-	-	-	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	37,76	-	-	29.514	-	-	-	29.514	
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	46,98	-	-	25.300	-	-	-	25.300	
Total de Opções a Exercer						28,09	36,85	16.837.834	-	(2.594.093)	(1.178.920)	13.064.821
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,91	-	-	29.551	-	-	-	29.551	
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	42,36	-	-	9.266.066	-	-	(1.963.220)	7.302.846	
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	42,36	-	-	20.625	-	-	-	20.625	
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	42,36	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	46,98	-	-	25.300	-	-	-	25.300	
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,70	27,10	35,23	14.114.940	-	(1.418.080)	-	12.696.860	
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,70	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	45,00	-	-	6.052.223	-	-	(33.005)	6.019.218	
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	45,00	-	-	1.163.919	-	-	(29.548)	1.134.371	
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	43,96	-	-	9.769.432	-	-	(85.298)	9.684.134	
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	43,96	-	-	-	15.383	-	-	15.383	
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,88	-	-	-	15.097	-	-	15.097	
38ª	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,88	-	-	-	10.373.657	-	(19.186,00)	10.354.471	
Total de Opções em Aberto						27,10	35,23	40.533.964	10.404.137	(1.418.080)	(2.130.257)	47.389.764
Total de Opções Simples						27,74	36,28	57.371.798	10.404.137	(4.012.173)	(3.309.177)	60.454.585
Opções dos Sócios												
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	39.906	-	-	(39.906)	-	
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	46.710	-	-	(46.710)	-	
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	719.023	-	(681.490)	(37.533)	-	
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	79.446	-	(79.446)	-	-	
Total de Opções a Exercer						35,90	885.085	-	(760.936)	(124.149)	-	
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	309.508	-	-	-	309.508	
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474	
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	388.432	-	-	-	388.432	
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	339.632	-	-	-	339.632	
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	329.711	-	-	(5.285)	324.426	
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717	
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	449.442	-	-	(2.929)	446.513	
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.862.409	-	-	(38.519)	1.823.890	
17ª	14/06/2012	27/02/2014	-	-	-	-	-	7.791	-	-	7.791	
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.558.584	-	-	(21.802)	1.536.782	
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	704.604	-	-	(2.374)	702.230	
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445	
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509	
17ª	14/06/2012	18/08/2014	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527	
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	706.397	-	-	(18.476)	687.921	
17ª	14/06/2012	23/02/2015	-	-	-	-	-	8.187	-	-	8.187	
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.583.044	-	(2.843)	1.580.201	
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	69.156	-	(4.673)	64.483	
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	338.923	-	-	-	338.923	
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	329.152	-	-	(5.464)	323.688	
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712	
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.858.518	-	-	(39.030)	1.819.488	
17ª	14/06/2012	27/02/2016	-	-	-	-	-	7.790	-	-	7.790	
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.557.215	-	-	(22.010)	1.535.205	
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508	
17ª	14/06/2012	18/08/2016	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527	
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	706.338	-	-	(16.780)	689.558	
17ª	14/06/2012	23/02/2017	-	-	-	-	-	8.186	-	-	8.186	
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.582.979	-	(2.843)	1.580.136	
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	69.151	-	(4.751)	64.400	
Total de Opções em Aberto						-	11.588.230	3.341.338	-	(187.779)	14.741.789	
Total Opções dos Sócios						-	35,90	12.473.315	3.341.338	(760.936)	(311.928)	14.741.789
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS						27,74	36,22	69.845.113	13.745.475	(4.773.109)	(3.621.105)	75.196.374

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga		Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2010	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 30/06/2011		
	Data	Carência até		Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Médio Ponderado		Valor de Mercado Médio Ponderado	Outorgadas	Exercidas		Perda de Direito(*)/Canceladas	
Opções Simples												
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,22	12,89	38,60	712.942	-	(273.943)	-	438.999	
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	12.650	-	(12.650)	-	-	
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	2.877.600	-	(1.362.125)	-	1.515.475	
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	27.500	-	(27.500)	-	-	
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,60	-	-	11.357	-	-	-	11.357	
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	16.389	-	(16.389)	-	-	
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,94	-	-	75.901	-	-	(75.901)	-	
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	(29.518)	-	
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,48	-	-	52.710	-	-	-	52.710	
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,59	-	-	12.650	-	(12.650)	-	-	
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,68	27,20	37,51	8.025.250	-	(938.725)	-	7.086.525	
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,68	-	-	15.867	-	-	-	15.867	
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,47	-	-	874.167	-	-	-	874.167	
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,89	-	-	29.518	-	-	-	29.518	
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,66	-	-	25.301	-	-	-	25.301	
Total de Opções a Exercer					20,79	37,22	12.875.221		(2.643.982)	(105.419)	10.125.820	
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,48	-	-	52.707	-	-	-	52.707	
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,54	-	-	21.083	-	-	-	21.083	
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	34,82	36,93	8.546.975	-	(507.375)	(106.425)	7.933.175	
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,24	-	-	30.649	-	-	-	30.649	
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,89	-	-	29.514	-	-	-	29.514	
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300	
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	36,36	-	-	29.551	-	-	-	29.551	
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	10.846.487	-	-	(1.427.659)	9.418.828	
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	20.625	-	-	-	20.625	
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300	
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	26,46	36,57	15.067.330	-	(94.850)	(83.490)	14.888.990	
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	6.126.609	-	-	(74.386)	6.052.223	
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	1.206.340	-	-	(12.082)	1.194.258	
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,16	-	-	-	9.863.110	-	-	9.863.110	
Total de Opções em Aberto					33,50	36,87	42.242.233		9.863.110	(602.225)	(1.704.042)	49.799.076
Total de Opções Simples					23,15	37,16	55.117.454		9.863.110	(3.246.207)	(1.809.461)	59.924.896
Opções dos Sócios												
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	(376.581)	-	39.906	
Total de Opções a Exercer						37,22	416.487		(376.581)		39.906	
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	490.624	-	-	(11.687)	478.937	
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	(21.339)	719.023	
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446	
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	(12.577)	316.604	
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474	
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	(16.016)	399.914	
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	(33.483)	343.433	
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	(30.280)	329.711	
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717	
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	(22.255)	467.871	
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	(61.009)	1.879.978	
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	(10.121)	1.575.420	
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	(35.004)	704.604	
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445	
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	(33.483)	343.393	
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	(30.810)	329.152	
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712	
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	(62.161)	1.878.790	
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	(10.360)	1.575.137	
Total de Opções em Aberto							8.789.308		3.171.038	(390.585)	11.569.761	
Total Opções dos Sócios						37,22	9.205.795		3.171.038	(376.581)	(390.585)	11.609.667
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					23,15	37,16	64.323.249		13.034.148	(3.622.788)	(2.200.046)	71.534.563

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo Anterior 31/12/2011	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 30/06/2012
1ª	17/08/2010	16/08/2012	110.588	-	-	-	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	110.577	-	-	-	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	(5.533)	(11.834)	406.796
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	(11.834)	412.320
3ª	28/02/2011	27/02/2011	444.040	-	(444.040)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	444.030	-	-	(8.679)	435.351
3ª	28/02/2011	27/02/2013	444.020	-	-	(8.678)	435.342
4ª	24/02/2012	24/02/2013	-	468.852	-	(4.671)	464.181
4ª	24/02/2012	24/02/2014	-	468.836	-	(4.671)	464.165
4ª	24/02/2012	24/02/2015	-	468.821	-	(4.671)	464.150
Total			2.429.941	1.406.509	(449.573)	(55.038)	3.331.839

Nº	Período de Carência		Saldo em 31/12/2010	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 30/06/2011
1ª	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	-	-	114.980
1ª	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	-	114.969
1ª	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	-	114.958
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	-	-	10.221
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	-	-	3.972
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	-	-	424.172
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3ª	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3ª	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3ª	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			1.659.958	1.332.090	-	-	2.992.048

II.III) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BMF&BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Opções Simples								
37 ^a	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	35,50	11,06	2,97%	5,25%	30,32%
38 ^a	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	35,50	11,57	2,97%	5,25%	30,32%
38 ^a	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	29,70	11,57	3,07%	3,91%	29,93%
Opções dos Sócios (*)								
15 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
15 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
17 ^a	14/06/2012	18/08/2014	-	29,57	27,66	3,07%	-	-
17 ^a	14/06/2012	27/02/2014	-	29,57	28,05	3,07%	-	-
17 ^a	14/06/2012	23/02/2015	-	29,57	27,22	3,07%	-	-
17 ^a	14/06/2012	18/08/2016	-	29,57	26,01	3,07%	-	-
17 ^a	14/06/2012	27/02/2016	-	29,57	26,39	3,07%	-	-
17 ^a	14/06/2012	23/02/2017	-	29,57	25,59	3,07%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 30/06/2012 foi de R\$ (32) (R\$ (29) de 01/01 a 30/06/2011), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco Holding o efeito foi de:

	30/06/2012	30/06/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	71	57
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(80)	(51)
Efeito na Venda (*)	(8)	6

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só há outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data Vencido	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					dez/11	mar/12			2007 a 2009	2010	2011	1º sem/12		
						(*)								
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	48.856	48.856	11,42	1	1	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.535.227	2.535.227	10,36	25	25	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.932.193	2.932.193	8,47	19	19	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	01/07/2012	até 31/12/2017	9,86	1.983.285	1.983.285	4,64	9	2	5	2	1	-	-
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.464.818	1.464.818	8,21	9	-	2	2	1	3	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.875.322	1.875.322	5,11	9	-	-	1	1	7	-
02/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	-	1.315.360	5,69	7	-	-	-	1	6	-
Soma	15.167.678				10.839.701	12.155.061		79	47	7	5	4	16	
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	
Valor apurado								77	45	7	5 (1)	4 (2)	16 (3)	

(1) Valor contabilizado contra o resultado de 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado no 1º semestre de 2012.

(3) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2015.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011.

Em 31 de Junho de 2012 a Companhia possuía 1.889.486 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

c) Itaotec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaotec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaotec S.A., nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores a data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

Conforme Deliberação CVM 562 de 17/12/08, o reconhecimento contábil pelo valor justo das opções ocorria a partir do momento da outorga e até o final do período de carência ("vesting period"). Considerando o período de carência e a data da última outorga (08 de fevereiro de 2006), não há despesas relacionadas ao Plano de Opção de ações de competência dos períodos de 30 de junho de 2012 e de 30 de junho de 2011.

Dado não haver preço de mercado disponível para as opções outorgadas, a companhia utilizou o modelo binomial para estimativa dos preços das opções nas datas de outorga e chegou aos valores indicados na tabela abaixo.

Premissas

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06	Total
Quantidade de ações (a) (b)	93.332	58.423	58.423	110.335	159.826	127.831	191.666	799.836
Carência	30/06/01	30/06/02	30/06/03	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07	
Vencimento	31/12/10	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16	
Valor opção (b) (R\$/ação)	64,80	72,15	78,15	31,05	21,45	23,55	36,45	
Valor prêmio (R\$/ação)	66,87	78,04	77,83	45,3	34,94	38,52	32,88	
Valor Total (R\$ mil)	6.241	4.559	4.546	4.998	5.585	4.924	6.302	37.155

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06
Volatilidade do Preço das Ações	104%	115%	115%	116%	81%	64%	65%
Dividend Yield	0,9%	1,4%	1,4%	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	26,5%	20,6%	20,6%	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(a) descontados os cancelamentos;

(b) considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em out/2006

De todas as outorgas acima, nenhuma foi exercida até o momento.

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$ 37 foi contabilizado como reserva na conta de patrimônio líquido (Nota 22), a partir de apropriação da conta de lucros acumulados, nos termos do CPC 10. Após o reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, a companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente ao patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade de reconhecimento, pela companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções forem exercidas (expirarem). No exercício de 2012 não houve ajuste realizado no patrimônio líquido por conta da falta de exercício das opções que expiraram em 30 de junho de 2012.

d) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) Outras Receitas Operacionais

	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
Recuperação de Encargos e Despesas	13	23	28	40
Reversão de Provisões Operacionais	18	33	326	414
Rendas Operacionais	71	130	146	223
Lucros na Alienação de Investimentos	3	4	4	6
Lucros na Alienação de Valores e Bens	30	34	5	11
Reversão de Provisões não Operacionais	8	10	4	14
Outras	9	12	109	118
Total	152	246	622	826

b) Outras Despesas Operacionais

	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(179)	(335)	(166)	(378)
Reembolso Relativo à Aquisições	(3)	(7)	(7)	(40)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(69)	(139)	(65)	(122)
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(133)	(140)	(19)	(32)
Contingências	(205)	(457)	(97)	(161)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(211)	(399)	(231)	(435)
Outros	(119)	(263)	(614)	(803)
Total	(919)	(1.740)	(1.199)	(1.971)

c) Despesas Gerais e Administrativas

	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
Despesas de Pessoal	(1.450)	(2.842)	(1.270)	(2.498)
Remuneração	(576)	(1.160)	(561)	(1.035)
Encargos	(237)	(471)	(237)	(461)
Benefícios Sociais	(144)	(277)	(157)	(309)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(12)	(28)	(10)	(22)
Plano de Opção de Ações	(20)	(36)	(1)	(2)
Treinamento	(26)	(47)	(26)	(44)
Participações de Empregados nos Lucros	(257)	(493)	(173)	(446)
Desligamentos	(51)	(105)	(17)	(29)
Provisão Trabalhista (Nota 31)	(127)	(225)	(88)	(150)
Despesas Administrativas	(1.226)	(2.386)	(1.122)	(2.184)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(303)	(599)	(296)	(570)
Serviços de Terceiros	(324)	(628)	(277)	(526)
Instalações	(102)	(188)	(86)	(153)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(106)	(181)	(84)	(164)
Despesas de Aluguéis	(87)	(175)	(85)	(168)
Transportes	(58)	(119)	(53)	(104)
Materiais	(37)	(80)	(41)	(80)
Despesas com Serviços Financeiros	(50)	(93)	(34)	(84)
Segurança	(48)	(97)	(44)	(88)
Concessionárias de Serviços Públicos	(27)	(56)	(27)	(56)
Despesas de Viagem	(19)	(34)	(17)	(32)
Outros	(65)	(136)	(78)	(159)
Depreciação	(213)	(399)	(101)	(200)
Amortização	(88)	(170)	(194)	(289)
Despesas de Comercialização de Seguros	(112)	(215)	(373)	(469)
Total	(3.089)	(6.012)	(3.060)	(5.640)

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.269	3.252	1.514	3.543
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(507)	(1.298)	(579)	(1.387)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões Permanentes	428	604	314	460
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	12	12	(55)	(27)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	194	96	(108)	(167)
Juros Sobre o Capital Próprio	125	347	207	365
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	28	46	44	70
Outras (*)	69	103	226	219
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(79)	(694)	(265)	(927)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2012
Refletido no Resultado	11.081	(2.204)	3.105	11.982
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.857	(298)	676	2.235
Créditos de Liquidação Duvidosa	4.723	(933)	1.554	5.344
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	114	(111)	141	144
Ágio na Aquisição do Investimento	1.700	(346)	19	1.373
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	570	9	54	633
Provisões para Passivos Contingentes	<u>1.047</u>	<u>(128)</u>	<u>209</u>	<u>1.128</u>
Ações Cíveis	434	(68)	99	465
Ações Trabalhistas	365	(35)	54	384
Fiscais e Previdenciárias	241	(25)	56	272
Outros	7	-	-	7
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(1)	-	3
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	92	-	1	93
Outros	974	(396)	451	1.029
Refletida no Patrimônio Líquido	149	(36)	-	113
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	127	(36)	-	91
Outros	22	-	-	22
Total (*)	11.230	(2.240)	3.105	12.095

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 9.655 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.736 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2012
Refletido no Resultado	4.861	(750)	766	4.877
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.763	(567)	106	2.302
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	29	-	55	84
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	34	-	69	103
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	64	-	-	64
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	298	(64)	58	292
Ganho de Capital - Operação Redecard	-	(23)	58	35
Planos de Pensão	220	(1)	32	251
Amortização de Deságio	823	-	3	826
Outros	630	(95)	385	920
Refletida no Patrimônio Líquido	496	(314)	116	298
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	182	-	116	298
Outros	314	(314)	-	-
Total	5.357	(1.064)	882	5.175

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 9.655 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.736 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2012, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários				Total	%	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Tributos Diferidos Líquidos	%
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%						
2012	3.240	33%	220	10%	3.460	29%	(1.287)	25%	2.173	31%
2013	1.850	19%	659	30%	2.509	21%	(1.260)	24%	1.249	18%
2014	1.618	16%	649	29%	2.267	19%	(1.078)	21%	1.189	17%
2015	1.025	10%	600	27%	1.625	13%	(453)	9%	1.172	17%
2016	886	9%	107	4%	993	8%	(369)	7%	624	9%
Acima de 2016	1.241	13%	-		1.241	10%	(728)	14%	513	8%
Total	9.860	100%	2.235	100%	12.095	100%	(5.175)	100%	6.921	100%
Valor Presente (*)	8.854		2.035		10.889		(4.624)		6.265	(4.624)

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 26 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercícios, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
Lucro Líquido	1.050	2.292	1.116	2.376
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(30)	(28)	(27)	(27)
Subtotal	1.020	2.264	1.089	2.349
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(18)	(18)	(17)	(17)
Subtotal	1.002	2.246	1.072	2.332
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	386	865	412	896
Aos Detentores de Ações Preferenciais	616	1.381	660	1.436
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	404	882	429	913
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	646	1.410	687	1.463
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	1.866.289.554	1.781.458.211	1.686.072.938	1.683.434.456
Ações Preferenciais	2.981.170.193	2.845.662.457	2.701.941.984	2.697.713.800
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,22	0,50	0,25	0,54
Ações Preferenciais	0,22	0,50	0,25	0,54

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 27 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 e utilizou o período de apuração previsto no CPC 15 (de até um ano após a data de aquisição) para obter as informações necessárias a fim de identificar e mensurar a sua alocação. No segundo trimestre de 2011 o ágio foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2011	Amortizações/ Realizações	30/06/2012
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	330	(46)	284
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	131	(10)	121
Marca Unibanco	3	(2)	1
Outros	4	(2)	2
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	468	(60)	408
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard	4	-	4
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	71	-	71
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	539	(60)	479
Passivo fiscal Diferido (IV)	(216)	24	(192)
Total ágio alocado (V = III + IV)	323	(36)	287
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos abaixo referidos. Os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pela empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAUSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco- Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado - IFM	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3)(4)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido).

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido**I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria**

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	30/06/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,32 % a.a.	11,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	30/06/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto	9,52% a.a.	9,52% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,37 % a.a.	10,37 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,43 % a.a.	7,43 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Inflação	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaú Unibanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg,IFM, Múltipla, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e a meta de alocação para 2012, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2012
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	
Títulos de Renda Fixa	11.449	10.574	91,81%	87,96%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	643	1.066	5,16%	8,87%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	15	14	0,12%	0,12%	0% a 10%
Imóveis	341	344	2,73%	2,86%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	23	23	0,18%	0,19%	0% a 5%
Total	12.471	12.021	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 654 (R\$ 545 em 31/12/2011) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 293 (R\$ 298 em 31/12/2011).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	30/06/2012	31/12/2011
1- Ativos Líquidos dos Planos	12.471	12.021
2- Passivos Atuariais	(10.746)	(10.545)
3- Superveniência (1-2)	1.725	1.476
4- Restrição do Ativo (*)	(1.467)	(1.379)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	258	97
Valor Reconhecido no Ativo	450	342
Valor Reconhecido no Passivo	(192)	(245)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	30/06/2012	31/12/2011
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	95	36
Valor Reconhecido no Ativo	166	126
Valor Reconhecido no Passivo	(71)	(90)

(*) Considera participação no IUH de 36,79% e 36,82% para 30/06/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 30/06/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	12.021	(10.545)	1.476	11.468	(9.997)	1.471
Inclusão Plano CD Itaú	-	-	-	12	(13)	(1)
Efeitos Cisão Parcial Redecard (1)	-	-	-	(44)	42	(2)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	663	-	663	1.366	-	1.366
Custo Serviço Corrente	-	(42)	(42)	-	(92)	(92)
Custo dos Juros	-	(499)	(499)	-	(941)	(941)
Benefícios Pagos	(340)	340	-	(610)	610	-
Contribuições Patrocinadora	21	-	21	42	-	42
Contribuições Participantes	7	-	7	9	-	9
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	99	-	99	(222)	(154)	(376)
Valor Presente Resultado do Exercício	12.471	(10.746)	1.725	12.021	(10.545)	1.476

(1) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(2) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/(abaixo) da taxa de retorno esperado nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 762 (R\$ 1.144 em 31/12/2011).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	30/06/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ativo Líquidos dos Planos	12.471	12.021	11.468	15.045	12.673
Passivos Atuariais	(10.746)	(10.545)	(9.997)	(11.354)	(11.371)
Superveniência	1.725	1.476	1.471	3.691	1.302
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	99	(222)	697	1.086	(993)
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	-	(154)	(891)	162	(829)

Os valores relativos a 31/12/2009 e 31/12/2008 são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de junho:

	2012	2011
Custo do Serviço Corrente	(42)	(47)
Custo de Juros	(499)	(473)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	663	685
Efeitos Cisão Parcial Redecard	-	-
Efeito na restrição do Ativo	(87)	(109)
Ganho/(Perda) no Exercício	99	(5)
Contribuições Participantes	7	5
Total reconhecido no Resultado do Exercício	141	56

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	52	21
--	----	----

(*) Considera participação no IUH de 36,79% e 36,82% para 30/06/2012 e 30/06/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 8 (R\$ 5 em 30/06/2011). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 14 para os planos de aposentadoria patrocinados.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	238
2013	248
2014	257
2015	265
2016	275
2017 a 2022	1.517

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 30/06/2012 no ativo é de R\$ 698 (R\$ 686 em 31/12/2011).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de junho:

	2012	2011
Aportes/Contribuições	(77)	(77)
Ganho/Perda Atuarial	129	8
Efeito na Restrição do Ativo	(20)	82
Total reconhecido no Resultado do período	32	13

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

Total reconhecido no Resultado do período (*)	12	9
--	-----------	----------

(*) Considera participação no IUH de 36,79% e 36,65% para 30/06/2012 e 30/06/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 77 (R\$ 38 em 30/06/2011) sendo R\$ 59 (R\$ 31 em 30/06/2011) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, são os seguintes:

	30/06/2012	31/12/2011
No Início do período	(120)	(105)
Custo de Juros	(6)	(10)
Benefícios Pagos	3	6
Ganho/(Perda) Atuarial	-	(11)
No Final do Exercício	(123)	(120)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Passivo (*)	(45)	(44)
---	-------------	-------------

(*) Considera participação no IUH de 36,79% e 36,82% para 30/06/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	2
2013	3
2014	3
2015	3
2016	3
2017 a 2022	18

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	17	(14)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01 01 a 30/06/2012	01 01 a 30/06/2011	01 01 a 30/06/2012	01 01 a 30/06/2011
Danos Pessoais causados por Veículos				
Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	88,3	86,9	1,5	1,5
Vida em Grupo	46,5	49,4	17,0	14,9
Compreensivo Empresarial	46,3	40,4	10,3	11,3
Prestamista	21,4	23,0	19,2	26,0
Extensão de Garantia - Patrimonial	19,0	20,6	64,6	65,8
Acidentes Pessoais Coletivo	9,0	8,1	34,1	46,6

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação da ITAÚSA. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
VGBL	7.094	4.522	-	-	7.094	4.522
PGBL	689	655	-	-	689	655
Extensão de Garantia - Patrimonial	658	673	-	-	658	673
Vida em Grupo	641	548	(22)	(8)	619	540
Acidentes Pessoais Coletivo	318	323	(1)	(1)	317	322
Riscos de Petróleo	239	155	(206)	(127)	33	28
Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT	227	176	-	-	227	176
Tradicional	202	170	-	-	202	-
Prestamista	195	227	-	-	195	227
Riscos Nomeados e Operacionais	182	139	(129)	(106)	53	33
Compreensivo Empresarial	109	90	(22)	(14)	87	76
Riscos Diversos	89	91	(4)	(9)	85	82
Doenças Graves ou Terminais	65	51	-	-	65	51
Seguro Habitacional Mercado Prestamista	60	40	(6)	(4)	54	36
Responsabilidade Civil Geral	60	47	(24)	(16)	36	31
Acidentes Pessoais Individual	58	56	-	-	58	56
Riscos de Engenharia	48	36	(43)	(31)	5	5
Rendas de Eventos Aleatórios	45	38	-	-	45	38
Vida Individual	9	10	-	-	9	10
Demais Ramos	419	407	(135)	(101)	284	306
	11.407	8.454	(592)	(417)	10.815	8.037
Participação Itaúsa	36,79%	36,65%	36,79%	36,65%	36,79%	36,65%
	4.197	3.098	(219)	(153)	3.978	2.946

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.
- **Outras Provisões** – Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões das operações de seguros e previdência privada:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012				31/12/2011			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	7.609	20.893	42.402	70.904	5.527	18.296	33.041	56.864
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	3.399	839	7.043	11.281	16.681	1.706	9.936	28.323
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(3.197)	-	-	(3.197)	(15.694)	-	-	(15.694)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.056)	(33)	(1)	(1.090)	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)
(+) Sinistros Avisados	1.364	-	-	1.364	2.020	-	-	2.020
(-) Resgates	(2)	(529)	(2.353)	(2.884)	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	210	26	236	(115)	152	(14)	23
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	1	876	1.997	2.874	1	1.658	3.362	5.021
(+/-) Outras (constituição/reversão)	170	16	7	193	849	101	(172)	778
Provisão de Seguros e Previdência Privada	8.288	22.272	49.121	79.681	7.609	20.893	42.402	70.904
Participação Itaúsa	3.049	36,79% 8.194	18.071	29.314	2.802	36,82% 7.693	15.613	26.108

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	SEGUROS		PREVIDENCIA		TOTAL	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	18	17	69.989	61.953	70.007	61.970
Prêmios não Ganhos	3.233	3.026	-	-	3.233	3.026
Sinistros a Liquidar (*)	2.598	2.297	-	-	2.598	2.297
IBNR (*)	808	712	11	10	819	722
Insuficiência de Prêmios	341	313	-	-	341	313
Insuficiência de Contribuição	-	-	715	692	715	692
Excedente Financeiro	2	2	495	475	497	477
Outras	1.288	1.242	183	165	1.471	1.407
TOTAL	8.288	7.609	71.393	63.295	79.681	70.904
Participação Itaúsa	36,79%	36,82%	36,79%	36,82%	36,79%	36,82%
	3.049	2.802	26.265	23.306	29.314	26.108

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR estão demonstrados na nota 29e.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir.

ITAU UNIBANCO HOLDING	Seguro
Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	14
Amortizações	(19)
Saldo em 30/06/2012	2.059
Saldo a amortizar até 12 meses	1.513
Saldo a amortizar após 12 meses	546
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12	757
Saldo em 01/01/2011	1.649
Constituições	583
Amortizações	(168)
Saldo em 31/12/2011	2.064
Saldo a amortizar até 12 meses	1.495
Saldo a amortizar após 12 meses	569
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	760

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstradas na nota 29I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço de 31/12/2011.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento de 30/06/2012:

I - Bruto de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.793
Operações DPVAT	459
Retrocessão e Outras Estimativas	165
Total da Provisão (*)	3.417
Participação Itaúsa	36,79%
	1.257

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	Total
No final do ano de divulgação	994	1.903	1.298	2.211	1.562	1.868	1.845	1.916	
1 ano depois	994	1.909	1.353	2.368	1.655	1.860	1.957		
2 anos depois	1.000	1.919	1.397	2.309	1.615	1.776	-		
3 anos depois	1.010	2.035	1.386	2.288	1.604	-	-		
4 anos depois	1.029	2.002	1.381	2.351	-	-	-		
5 anos depois	1.023	1.996	1.378	-	-	-	-		
6 anos depois	1.013	1.992	-	-	-	-	-		
7 anos depois	998	-	-	-	-	-	-		
Estimativa corrente	998	1.992	1.378	2.351	1.604	1.776	1.957	1.916	13.972
Pagamentos acumulados até a data base	949	1.929	1.312	2.153	1.443	1.463	1.476	795	11.520
Passivo reconhecido no balanço	49	63	66	198	161	313	481	1.121	2.452
Passivo em relação a anos anteriores a 2005									341
Total do passivo incluso no balanço									2.793
Participação Itaúsa									36,79%
									1.028

II - Líquido de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	1.347
Operações DPVAT	459
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	1.611
Total da Provisão	3.417
Participação Itaúsa	36,79%
	1.257

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	Total
No final do ano de divulgação	774	811	923	1.052	1.150	1.174	1.303	1.344	
1 ano depois	774	832	968	1.118	1.219	1.188	1.241	-	
2 anos depois	779	839	994	1.122	1.189	1.170	-	-	
3 anos depois	786	867	997	1.112	1.050	-	-	-	
4 anos depois	796	873	978	1.000	-	-	-	-	
5 anos depois	801	858	894	-	-	-	-	-	
6 anos depois	792	845	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois	782	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	782	845	894	1.000	1.050	1.170	1.241	1.344	8.326
Pagamentos acumulados até a data base	751	804	840	930	952	1.060	1.055	725	7.117
Passivo reconhecido no balanço	31	41	54	70	98	110	186	619	1.209
Passivo em relação a anos anteriores a 2005									138
Total do passivo incluso no balanço									1.347
Participação Itaúsa									36,79%
									496

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguros são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no CPC 11 a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As Premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos para os planos de seguros seguem a Circular SUSEP 410; enquanto que, para os planos de previdência os critérios de agrupamento de riscos foram modificados neste exercício e consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira. Se aplicássemos este mesmo critério de agrupamento no exercício anterior, o resultado do teste teria indicado R\$ 13,6 milhões de insuficiência e não os R\$ 24 milhões apresentados.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna da companhia
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de chain ladder com periodicidade trimestral
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da escala G.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	1	1
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	14	14
Cenário com acréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	2	2
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	30/06/2012			30/06/2011		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Extensão de Garantia	658	658	100,0	673	673	100,0
Prestamista	195	195	100,0	227	227	100,0
DPVAT	227	227	100,0	176	176	100,0
Riscos Diversos	89	85	95,5	91	82	90,1
PESSOAS						
Vida em Grupo	641	619	96,6	548	540	98,5
Acidentes Pessoais Coletivo	318	317	99,7	323	322	99,7
Acidentes Pessoais Individual	58	58	100,0	56	56	100,0
Vida Individual	9	9	100,0	10	10	100,0
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	182	53	29,1	139	33	23,7
Riscos de Petróleo	239	33	13,8	155	28	18,1
Riscos de Engenharia	48	5	10,4	36	5	13,9

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

- Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

- **Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição**

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO..
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras do ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que aborem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalham em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez**Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 34);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation Risk*): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Classe	30/06/2012		31/12/2011	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
NTN-C	2.680	(2,92)	2.766	(2,70)
NTN-B	1.279	(1,76)	1.400	(1,30)
NTN-F	7	(0,00)	28	-
LTN	173	(0,01)	-	-
Futuro DI	158	(0,00)	-	-
Títulos Privado				
Indexado a IGPM	147	(0,01)	141	-
Indexado a IPCA	270	(0,20)	224	(0,20)
Indexado a PRE	79	(0,00)	93	-
Ativos pós-fixados	5.588	-	5.607	-
Compromissadas Over	4.911	-	6.433	-
Total	15.293	(4,90)	16.692	(4,20)
Participação da Itaúsa	36,79%		36,82%	
	5.626	(1,80)	6.146	(1,55)

A coluna DV01 é o impacto para um movimento de + 0,01% (1 ponto-base) na taxa do indexador. No caso como as posições são ativas, o impacto positivo na taxa contribui negativamente para o resultado.

Risco de Liquidez

A ITAÚSA CONSOLIDADO identificam o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, a ITAÚSA CONSOLIDADO mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	30/06/2012		31/12/2011		Ativo	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)		Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
Provisão Técnica					Ativo Garantidor				
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.638	16	1.690	12	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.638	2	1.690	7
Provisão de Insuficiência de Prêmio	260	189	233	187	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	260	2	233	7
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.346	16	1.401	19	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.346	2	1.401	7
Outras Provisões	326	-	303	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	326	2	303	7
Sub Total	3.570	-	3.627		Sub Total	3.570		3.627	
Provisões									
Despesas Administrativas	47	121	43	125	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	47	2	43	7
Matemática de Benefícios Concedidos	1.024	121	977	126	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.024	130	977	124
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	65.508	99	57.626	109	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures (3)	65.508	14	57.626	8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionalis	3.474	117	3.365	116	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.474	106	3.365	109
Insuficiência de Contribuição	716	118	692	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	716	106	692	109
Excedente Financeiro	496	118	477	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	496	106	477	109
Sub Total	71.265		63.180		Sub Total	71.265		63.180	
Total Reservas Técnicas	74.835		66.807		Total Ativos Garantidores	74.835		66.807	

(*) DU = Duration em meses

(1) Valor Líquido de Direito Creditório

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 35,37% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em outros ativos e amortizados em outras despesas operacionais de acordo diferimento do prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Créditos		Débitos	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	214	176	313	106
Contratos Emitidos	-	-	558	926
Sinistros a Recuperar	12	52	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	11	32	(419)	(751)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	10	32
Outras Constituições / Reversões	1	(46)	-	-
Saldo Final	238	214	462	313
Participação Itaúsa	36,79%	36,82%	36,79%	36,82%
	88	79	170	115

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
Sinistros de Resseguros	1.511	1.394
Prêmios de Resseguros	621	535
Comissão de Resseguros	(57)	(58)
	2.075	1.871
Participação Itaúsa	36,79%	36,82%
	763	689

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	1.394	1.185
Sinistros Avisados	469	615
Sinistros Pagos	(354)	(101)
Outras Constituições / Reversões	2	(305)
Saldo Final	1.511	1.394
Participação Itaúsa	36,79%	36,82%
	556	513

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	535	404
Constituições	534	814
Reversões	(448)	(683)
Saldo Final	621	535
Participação Itaúsa	36,79%	36,82%
	228	197

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	(58)	(59)
Constituições	(30)	(50)
Reversões	31	51
Saldo Final	(57)	(58)
Participação Itaúsa	36,79%	36,82%
	(21)	(21)

m) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua

criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) individual das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido. As seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresentam capital excedente em relação ao mínimo regulatório em R\$ 1.464 (R\$ 2.049 em 31/12/2011) na Itaú Seguros S.A. e R\$ 660 (R\$ 1.565 em 31/12/2011) na Itaú Vida e Previdência S.A..

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	32.372	32.372	40.099	40.099
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.154	9.171	10.244	10.255
Aplicações no Mercado Aberto	36.682	36.682	35.001	35.001
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	46.311	46.311	45.049	45.049
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	77	77	69	69
Derivativos (*)	4.152	4.152	3.240	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	22.687	22.687	17.805	17.805
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.147	1.504	1.144	1.367
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	122.317	123.138	118.710	118.942
Outros Ativos Financeiros	15.624	15.624	14.925	14.925
Passivos Financeiros				
Depósitos	86.427	86.451	89.326	89.296
Captação no Mercado Aberto	67.602	67.602	68.273	68.273
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	231	231	1.037	1.037
Derivativos (*)	3.377	3.377	2.486	2.486
Recursos de Mercados Interbancários	34.831	34.779	33.323	33.269
Recursos de Mercados Institucionais	21.892	20.286	20.931	20.935
Passivos de Planos de Capitalização	1.057	1.057	1.045	1.045
Outros Passivos Financeiros	16.643	16.643	16.246	16.246

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já reflete a participação da Itaúsa

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 34) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas, totaliza R\$ 56.611 (R\$ 51.530 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 20.827 (R\$ 18.974 em 31/12/2011), com valor justo estimado R\$ 715 (R\$ 695 em 31/12/2011) e R\$ 263 em 2012 (256 em 31/12/2011) no Consolidado da Itaúsa, respectivamente.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** – O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*;
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais da ITAÚSA CONSOLIDADO para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

- **Passivos Financeiros não remunerados (à vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros oferecidos pela ITAÚSA CONSOLIDADO na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o *spread* sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 6 e 7. Consulte a Nota 7 e 30 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o CPC, a ITAUSA CONSOLIDADO classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração:

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo e ações negociadas em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAUSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAUSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I, NTN-A1, CRIs e TDA com vencimentos após 2025 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, como os CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAUSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pela ITAUSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2012 e de 31/12/2011 para nossos ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.848	-	1.848	-	1.339	-	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	93.247	187	-	93.434	93.727	187	-	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.227	-	-	1.227	910	-	-	910
Títulos Públicos - Outros Países	562	311	-	873	722	80	-	802
Argentina	104	-	-	104	225	-	-	225
Estados Unidos	311	-	-	311	292	-	-	292
México	140	-	-	140	205	-	-	205
Chile	-	129	-	129	-	50	-	50
Uruguai	-	36	-	36	-	27	-	27
Colômbia	-	143	-	143	-	-	-	-
Outros	7	3	-	10	-	3	-	3
Títulos de Empresas	3.506	24.455	269	28.230	4.682	19.952	290	24.924
Ações negociáveis	1.735	-	-	1.735	2.241	56	-	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	24	-	24	-	24	-	24
Certificado de Depósito Bancário	-	5.840	-	5.840	-	7.820	-	7.820
Debêntures	1.762	1.815	-	3.577	2.434	1.092	-	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	9	1.622	-	1.631	7	1.424	-	1.431
Notas Promissórias	-	-	269	269	-	-	290	290
Letras Financeiras	-	14.290	-	14.290	-	8.973	-	8.973
Outros (basicamente Letras Financeiras)	-	864	-	864	-	563	-	563
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	98.542	26.801	269	125.612	100.041	21.558	290	121.889
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	36.253	9.860	99	46.212	36.837	7.938	107	44.882
Itaúsa e empresas industriais	99	-	-	99	-	-	-	167
TOTAL	36.352	9.860	99	46.311	36.837	7.938	107	45.049
Fundos de investimento	-	788	-	788	-	806	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	11.181	37	262	11.480	12.165	-	259	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	10.562	-	-	10.562	5.906	-	-	5.906
Títulos Públicos - Outros Países	237	5.788	-	6.025	11	4.306	-	4.317
Estados Unidos	198	-	-	198	-	-	-	-
Dinamarca	-	1.445	-	1.445	-	1.949	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	-	418	-	418
Coréia	-	1.672	-	1.672	-	295	-	295
México	-	-	-	-	11	-	-	11
Chile	-	2.109	-	2.109	-	995	-	995
Paraguai	-	240	-	240	-	344	-	344
Uruguai	-	294	-	294	-	268	-	268
Outros	39	28	-	67	-	37	-	37
Títulos de Empresas	4.422	25.377	2.145	31.944	2.914	19.806	1.337	24.057
Ações negociáveis	1.746	1.796	-	3.542	808	3.170	-	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.507	1.179	8.686	-	7.323	691	8.014
Certificado de Depósito Bancário	-	308	-	308	-	274	-	274
Debêntures	2.676	7.334	-	10.010	2.103	5.133	-	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	-	4.776	-	4.776	3	3.635	-	3.638
Notas Promissórias	-	-	966	966	-	-	646	646
Letras Financeiras	-	2.858	-	2.858	-	-	-	-
Outros	-	798	-	798	-	271	-	271
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	26.402	31.990	2.407	60.799	20.996	24.918	1.596	47.510
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	9.713	11.769	886	22.368	7.731	9.175	588	17.494
Itaúsa e empresas industriais	-	319	-	319	-	-	-	311
TOTAL	9.713	12.088	886	22.687	7.731	9.175	588	17.805
Títulos públicos do governo brasileiro	-	209	-	209	-	186	-	186
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	209	-	209	-	186	-	186
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	-	77	-	77	-	69	-	69
TOTAL	-	77	-	77	-	69	-	69
Notas Estruturadas	-	629	-	629	-	2.815	-	2.815
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	629	-	629	-	2.815	-	2.815
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	-	231	-	231	-	1.037	-	1.037
TOTAL	-	231	-	231	-	1.037	-	1.037

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2012 e de 31/12/2011 para nossos Derivativos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	2.302	208	2.510	-	1.755	688	2.443
Termo	-	3.391	8	3.399	-	2.326	4	2.330
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.393	21	3.414	-	2.732	18	2.750
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	4	-	4
Verificação de Swap	-	3	-	3	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	935	-	935	-	399	-	399
Futuros	586	(6)	3	583	17	9	-	26
Outros Derivativos	-	180	173	353	-	607	195	802
Derivativos - Ativo	586	10.198	413	11.197	17	7.832	905	8.754
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	216	3.752	152	4.120	6	2.884	333	3.224
Itaúsa e empresas industriais	-	32	-	32	-	-	-	16
TOTAL	216	3.784	152	4.152	6	2.884	333	3.240
Opções	-	(2.427)	(208)	(2.635)	-	(1.930)	(676)	(2.606)
Termo	-	(2.111)	(7)	(2.118)	-	(1.136)	(8)	(1.144)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(4.128)	(17)	(4.145)	-	(2.782)	(16)	(2.798)
Swap c/ Verificação	-	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Derivativos de Crédito	-	(171)	-	(171)	-	(110)	-	(110)
Outros Derivativos	-	(107)	-	(107)	-	(87)	-	(87)
Derivativos - Passivo	-	(8.946)	(232)	(9.178)	-	(6.047)	(700)	(6.747)
Participação Itaúsa - 36,79% em Jun/12 e 36,82% em Dez/11	-	(3.291)	(85)	(3.377)	-	(2.227)	(258)	(2.484)
Itaúsa e empresas industriais	-	-	-	-	-	-	-	(2)
TOTAL	-	(3.291)	(85)	(3.377)	-	(2.227)	(258)	(2.486)

Mensuração de Valor justo de Nível 2 baseado em serviços de precificação e corretoras

Quando informações de precificação não estão disponíveis para os títulos classificados como nível 2, são utilizados serviços de precificação, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de precificação que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 21.706 milhões de instrumentos financeiros classificados como nível 2, em 30 de junho de 2012, foi usado o serviço de precificação ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 5.720 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos globais e corporativos:** O processo de precificação destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do Itaú Unibanco fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 30/06/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	13	20	(54)	-	269	-
Títulos de Dívidas de Empresas	290	13	20	(54)	-	269	-
Notas Promissórias	290	13	20	(54)	-	269	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	91	1.144	(424)	-	2.407	467
Títulos públicos do governo brasileiro	259	3	-	-	-	262	(80)
Títulos de Dívidas de Empresas	1.337	88	1.144	(424)	-	2.145	547
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	123	365	-	-	1.179	547
Notas Promissórias	646	(35)	779	(424)	-	966	-
Participação Itaúsa	36,82%	38	428	(176)	36,79%	984	172
	694						

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 30/06/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	905	371	263	(1.126)	-	413	78
Opções	688	29	180	(689)	-	208	78
Swap - Diferencial a receber	18	(3)	8	(2)	-	21	4
Termo	4	-	7	(3)	-	8	1
Futuros	-	-	3	-	-	3	-
Outros Derivativos	195	345	65	(432)	-	173	(5)
Derivativos - Passivo	(700)	25	(78)	521	-	(232)	(108)
Opções	(676)	27	(74)	515	-	(208)	(92)
Termo	(8)	-	(4)	5	-	(7)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-	1	-	(17)	(16)
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
Participação Itaúsa	36,82%	146	68	(223)	36,79%	67	(32)
	75						

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Títulos de Dívidas de Empresas	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217	(3.530)	(505)	1.596	266
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de Dívidas de Empresas	1.327	767	3.179	(3.466)	(470)	1.337	366
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-
Participação Itaúsa	36,57%	315	1.707	(1.810)	36,82%	695	98
	661						

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	811	835	(1.226)	-	905	(93)
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swap - Diferencial a receber	5	(15)	28	-	-	18	3
Termo	-	-	4	-	-	4	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)	(329)	-	(700)	(316)
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-
Participação Itaúsa	36,57%	346	246	(572)	36,82%	75	(150)
	55						

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 como Outros Derivativos correspondem basicamente a CDS indexadas a Ações.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os períodos findos em 30/06/2012 e 31/12/2011.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Análise de sensibilidade de operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, no preço de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objetos):

Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	-	(1,1)
	II	(1,1)	(28,3)
	III	(2,2)	(55,9)
Moedas, Commodities e Índices	I	(0,4)	-
	II	(0,9)	-
Não Lineares	I	(5,6)	-
	II	(5,7)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, commodities e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 31 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Provisões	30/06/2012	31/12/2011
Cíveis	1.260	1.186
Trabalhistas	1.615	1.549
Fiscais e Previdenciárias	3.673	3.425
Outros	64	61
Total	6.612	6.221
Circulante	390	1.156
Não Circulante	6.222	5.065

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingencia: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O Itaú Unibanco Holding também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 602 (R\$ 222 em 31/12/2011), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de

perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem Ações Trabalhistas categorizadas como perda possível

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Provisões	01/01 a 30/06/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.186	1.549	61	2.796
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(50)	(342)	-	(392)
Subtotal	1.136	1.207	61	2.404
Atualização/Encargos	28	23	-	51
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>321</u>	<u>205</u>	<u>3</u>	<u>529</u>
Constituição	396	217	4	617
Reversão	(75)	(12)	(1)	(88)
Pagamento	(272)	(153)	-	(425)
Subtotal	1.213	1.282	64	2.559
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	47	333	-	380
Saldo Final	1.260	1.615	64	2.939
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2012 - (Nota 21a)	768	920	-	1.688

Provisões	01/01 a 30/06/2011			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.108	1.518	63	2.689
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(113)	(406)	-	(519)
Subtotal	995	1.112	63	2.170
Atualização/Encargos	19	22	-	41
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>248</u>	<u>149</u>	<u>(4)</u>	<u>393</u>
Constituição	323	182	1	506
Reversão	(75)	(33)	(5)	(113)
Pagamento	(202)	(122)	-	(324)
Subtotal	1.060	1.161	59	2.280
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	82	398	-	480
Saldo Final	1.142	1.559	59	2.760
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2011	657	597	-	1.254

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Saldo Inicial	3.425	2.892
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(21)	(16)
Subtotal	3.404	2.876
Atualização/Encargos ⁽¹⁾	174	109
Movimentação do Período Refletida no Resultado	93	171
Constituição ⁽¹⁾	164	206
Reversão ⁽¹⁾⁽²⁾	(71)	(35)
Pagamento ⁽²⁾	(20)	(36)
Subtotal	3.651	3.120
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	22	4
Saldo Final ⁽³⁾	3.673	3.124

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718 de 27/11/1998.

(3) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 4 .

Depósitos em Garantias	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Saldo Inicial	2.029	1.806
Apropriação de Rendas	81	57
Movimentação do Período	56	91
Depositados	77	113
Levantamentos Efetuados	(11)	(14)
Conversão em Renda	(10)	(8)
Outros ajustes	2	-
Saldo Final (Nota 21a)	2.168	1.954
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências	(329)	-
Saldo Final após a Reclassificação	1.839	1.954

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 1.171: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 402.
- CSLL - Isonomia – R\$ 604: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 131.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 186: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 170.

- PIS – R\$ 140 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 40.

Contingências não reconhecidas no Balanço – não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.721, sendo as principais descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 504: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 340: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 315: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ, CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos - R\$ 165: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 148: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL – Lucros disponibilizados no exterior R\$ 116: Aplicação da norma fiscal brasileira (lucro real) – IN213/2002 e a não disponibilização de lucros com a mera transferência de capital entre investidas da ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 268 (R\$ 236 em 31/12/2011) (Nota 21a), representado principalmente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	30/06/2012	30/06/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	638	580
Depósitos em Garantia (Nota 21a)	1.594	1.239

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais da Itaúsa são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, a Itaúsa não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detém uma participação de 36,79%, em 30/06/2012 (36,82% em 31/12/2011).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2012	833.083	7.164	652	1.088	317.585
	2011	760.516	6.646	641	1.112	289.544
Receitas Operacionais (3)	2012	63.157	1.547	422	802	29.024
	2011	59.246	1.411	369	690	26.893
Lucro Líquido	2012	6.407	185	(1)	(7)	2.558
	2011	6.795	177	19	21	2.616
Patrimônio Líquido	2012	77.875	3.817	475	535	33.631
	2011	69.599	3.562	479	529	30.521
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	17,0%	9,8%	-0,6%	-2,6%	15,6%
	2011	20,1%	10,1%	7,9%	8,1%	17,7%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	24.193	430	23	13	9.559
	2011	22.762	416	33	34	8.654

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em junho de 2012 de 36,79% (36,65% em junho de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun)/3)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Abaixo seguem informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	01/01 a 31/06/2012			01/01 a 30/06/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (*)	18.493	1.181	19.674	16.607	940	17.547
Ativos não Correntes	3.264	279	3.543	3.164	201	3.365

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2012 e em 2011.

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar, Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 14) - Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e Banco CSF S.A..

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Controladora				Consolidado				Saldo em Aberto		
	Valor da transação				Valor da transação						
	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	31/12/2011
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(123)	(107)	(14)
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(3)	-
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(19)	(3)
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-	(85)	(76)	(11)
Caixa de Prev. Dos Func. Do B anco BEG - PREBEG	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(9)	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	-	6	15	6	12	-	-	15
Itaú Unibanco Holding S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	6
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	6	12	5	10	-	-	6
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	-	2	1	2	-	-	2
Receita (Despesas) com Aluguéis	-	-	-	1	(8)	(18)	(9)	(17)	-	-	(29)
Itaú Unibanco Holding S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	(7)	(14)	(7)	(13)	-	-	(23)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	(1)	(4)	(2)	(4)	-	-	(6)
Despesas com Doações	-	-	-	-	(15)	(35)	(13)	(27)	-	-	(37)
Instituto Itaú Cultural	-	-	-	-	(15)	(35)	(13)	(27)	-	-	(37)

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/06/2012	31/12/2011
Duratex S.A.	424	382
Elekeiroz S.A.	61	46
Itautec S.A.	146	164
Total	631	592

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	30/06/2012	30/06/2011
Remuneração	3	2
Participações no Lucro	3	2
Total	6	4

NOTA 34 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 194 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada em conjunto que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa à criação de valor para os acionistas, gerindo o retorno ajustado ao risco e mantendo a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico, *market share*, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

A área de controle centralizado avalia o impacto da criação ou modificação de políticas de crédito ou produtos (antes da sua implementação) de forma a permitir a identificação e a quantificação de incertezas inerentes a cada unidade de negócio. O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao Itaú Unibanco identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de validação e aprovação das políticas e modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios.

1. Mensuração do Risco de Crédito

Nos empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco e dos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações Corporate com PD maior que 31,84%
	Operações em Atraso >90 dias
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando-se um mecanismo de alçadas, subordinadas À Comissão Superior de Crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application score* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basiléia. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

2. Controle do limite de risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o controle do risco de crédito de forma centralizada e independente, segregada das demais unidades de negociação e da auditoria interna, conforme exigido pela regulamentação. A gestão do risco de crédito é descentralizada, realizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio. O monitoramento para fins de gestão avalia a carteira detalhadamente podendo ser realizado de forma agregada (preferencialmente de acordo com os mesmos parâmetros utilizados nas políticas de crédito) ou em nível cliente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo de Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impairment* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	30/06/2012			31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.444	13.437	24.881	9.820	18.001	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	96.712	933	97.645	91.643	605	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	120.252	5.360	125.612	116.615	5.274	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	209	209	-	186	186
Derivativos	11.197	-	11.197	5.864	2.890	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	12.261	48.538	60.799	7.323	40.187	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.553	563	3.116	2.500	605	3.105
Operações de Crédito	256.522	75.958	332.480	251.034	71.357	322.391
Off Balance	268.472	13.796	282.268	254.711	14.830	269.541
Avais e Fianças	53.170	3.441	56.611	48.908	2.622	51.530
Cartas de Crédito	18.801	-	18.801	11.172	-	11.172
Compromissos a Liberar	196.501	10.355	206.856	194.631	12.208	206.839
Crédito Imobiliário	13.706	-	13.706	14.308	-	14.308
Cheque Especial	93.066	-	93.066	91.904	-	91.904
Cartão de Crédito	83.495	559	84.054	83.767	489	84.256
Outros Limites Pré-Aprovados	6.234	9.796	16.030	4.652	11.719	16.371
Total	779.413	158.794	938.207	739.510	153.935	893.445

A tabela apresenta a exposição máxima em 30/06/2012 e 31/12/2011, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 76,3% das operações de crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 7,0% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 5,8% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	30/06/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	1.132	0,32%	1.990	0,57%
Indústria e Comércio	104.152	29,12%	99.859	28,85%
Serviços	76.198	21,30%	70.642	20,40%
Setor Primário	17.224	4,82%	16.109	4,65%
Outros Setores	933	0,26%	1.497	0,43%
Pessoa Física	158.053	44,18%	156.167	45,10%
Total	357.692	100,00%	346.264	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/06/2012	%	31/12/2011	%
Setor Primário	1.620	0,50%	1.029	0,34%
Setor Público	131.805	40,75%	88.174	29,24%
Indústria e Comércio	8.487	2,62%	5.381	1,78%
Serviços	55.858	17,27%	72.281	23,97%
Outros Setores	3.146	0,97%	14.574	4,83%
Pessoa Física	17	0,01%	5	0,00%
Financeiras	122.526	37,88%	120.069	39,82%
Total	323.459	100,00%	301.513	100,00%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento, Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/06/2012				31/12/2011			
	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	233.079	5.443	-	238.522	221.315	5.800	-	227.115
Médio	61.998	10.571	-	72.569	63.763	10.921	-	74.684
Alto	16.902	9.096	-	25.998	16.910	8.703	-	25.613
Impairment	-	-	20.603	20.603	-	-	18.852	18.852
Total	311.979	25.110	20.603	357.692	301.988	25.424	18.852	346.264
%	87,2%	7,0%	5,8%	100,0%	87,3%	7,3%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de créditos por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito.

	30/06/2012					31/12/2011				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	75.010	45.745	14.731	12.534	148.020	73.354	49.320	14.467	10.986	148.127
Cartão de Crédito	19.381	11.817	2.960	2.619	36.777	19.332	13.061	3.485	3.083	38.961
Crédito Pessoal	8.651	16.646	8.565	4.587	38.449	7.765	15.985	8.048	3.455	35.253
Veículos	32.618	16.167	3.093	5.180	57.058	33.934	19.357	2.843	4.329	60.463
Crédito Imobiliário	14.360	1.115	113	148	15.736	12.323	917	91	119	13.450
Grandes Empresas	94.782	2.278	90	1.168	98.318	88.353	3.500	343	1.033	93.229
Micros/Pequenas e Médias Empresas	51.164	20.498	9.520	6.814	87.996	51.548	17.444	9.887	6.770	85.649
Unidades Externas América Latina	17.566	4.048	1.657	87	23.358	13.860	4.420	916	63	19.259
Total	238.522	72.569	25.998	20.603	357.692	227.115	74.684	25.613	18.852	346.264
%	66,6%	20,3%	7,3%	5,8%	100,0%	65,6%	21,6%	7,4%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2012				31/12/2011			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	93.788	2.204	74	96.066	86.992	3.423	314	90.729
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	72.507	37.108	8.633	118.248	70.501	40.321	8.952	119.774
Cartão de Crédito	19.253	11.184	1.988	32.425	19.245	12.580	2.503	34.328
Crédito Pessoal	8.572	15.617	5.813	30.002	7.648	14.893	5.870	28.411
Veículos	30.545	9.583	817	40.945	31.516	12.248	565	44.329
Crédito Imobiliário	14.137	724	15	14.876	12.092	600	14	12.706
Micros/Pequenas e Médias Empresas	50.379	18.884	6.675	75.938	50.774	15.899	6.828	73.501
Unidades Externas América Latina	16.405	3.802	1.520	21.727	13.048	4.120	816	17.984
Total	233.079	61.998	16.902	311.979	221.315	63.763	16.910	301.988

6.1.1 As operações de crédito vencidas, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	30/06/2012				31/12/2011			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	10.898	4.631	1.709	17.238	11.764	4.112	1.491	17.367
Cartão de Crédito	981	363	388	1.732	805	344	401	1.550
Crédito Pessoal	2.191	1.132	537	3.860	2.056	871	460	3.387
Veículos	7.266	2.949	719	10.934	8.456	2.760	589	11.805
Crédito Imobiliário	460	187	65	712	447	137	41	625
Grandes Empresas	819	184	81	1.084	1.232	185	51	1.468
Micros/Pequenas e Médias Empresas	3.454	1.199	591	5.244	3.433	1.349	596	5.378
Unidades Externas América Latina	1.446	59	39	1.544	1.144	41	26	1.211
Total	16.617	6.073	2.420	25.110	17.573	5.687	2.164	25.424

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2012							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	122.526	114.746	209	6.855	33.633	3.093	281.062
Médio	-	10.751	-	4.045	26.897	23	41.716
Alto	-	115	-	297	269	-	681
Total	122.526	125.612	209	11.197	60.799	3.116	323.459
%	37,9%	38,8%	0,1%	3,5%	18,8%	1,0%	100,0%

31/12/2011							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097
Total	120.069	121.889	186	8.754	47.510	3.105	301.513
%	39,8%	40,4%	0,1%	2,9%	15,8%	1,0%	100,0%

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	30/06/2012				31/12/2011			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	61.276	137.267	11.434	9.918	67.786	146.078	7.608	6.924
Crédito Pessoal	398	1.000	23	16	635	1.607	88	70
Veículos	44.955	71.139	11.198	9.767	54.062	82.309	7.216	6.638
Crédito Imobiliário	15.923	65.128	213	135	13.089	62.162	304	216
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	130.272	312.098	29.260	10.455	115.349	238.458	61.710	42.887
Unidades Externas América Latina	4.622	7.412	18.736	9.914	-	-	19.259	13.497
Total	196.170	456.777	59.430	30.287	183.135	384.536	88.577	63.308

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos de R\$102.092 (R\$ 74.553 em 31/12/2011).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantias.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna à situação de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda em 30 de junho de 2012, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 18.450 (R\$ 14.570 em 31/12/2011).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 30/06/2012 e de 01/01 a 31/12/2011:

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Imóveis Não de Uso	1	3
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	25	17
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	3
Total	27	23

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados, e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN (conforme alterações posteriores), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaú-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se no uso abrangente e complementar de metodologias, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Além disso, a área executiva realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e informações, que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em carteira de negociação e carteira de não negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Novo Acordo de Basileia II e pelos normativos Resolução 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007 do BACEN.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações destinadas a gestão ativa de riscos financeiros e detidas sem intenção de negociação no curto prazo. Sua composição pode incluir derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por políticas internas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da carteira de não negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações e choques das taxas de juros,

Value at Risk (VaR) e Earning at Risk (EaR); conforme estabelecido nas políticas internas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das carteiras de negociação e de não negociação, utiliza-se o Value at Risk (VaR), além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo sobre métricas.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo legal, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes.

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

Essa estrutura de controle de limites:

- Proporciona mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;
- Aumenta a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornece mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evita a concentração de riscos.

Os limites são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado em Risco (*EaR - Earnings at Risk*): medida que quantifica o impacto no resultado a realizar de uma dada carteira, considerando condições normais de mercado, horizonte de tempo relacionado a operação mais longa da carteira de não negociação e um intervalo de confiança pré determinado.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation Risk*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de VaR utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.).

Visando o aperfeiçoamento da qualidade das informações quantitativas de Risco de Mercado, neste trimestre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetuou na tabela de VaR uma realocação dos fatores de risco dentro de seus respectivos grupos. Esta realocação não afeta a exposição de risco de mercado da instituição, o que pode ser observado pela ausência de alterações nos valores de VaR Global Total. Os números apresentados nesta

publicação referentes ao acumulado no semestre atual e no ano anterior já refletem essa realocação dos fatores de risco.

O consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Neste período, o VaR Global Médio foi de R\$ 278 milhões ou 0,35% do patrimônio total (em todo o ano de 2011 foi de R\$ 142 milhões ou 0,19%).

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	30/06/2012	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2011
	(em milhões de R\$)				(em milhões de R\$)			
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	154,8	71,8	328,5	190,8	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	22,8	17,1	32,0	24,8	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	28,4	10,4	53,9	17,0	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	114,1	14,8	325,0	229,6	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	26,0	13,6	43,5	17,7	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA <i>International</i>	1,9	0,7	5,1	1,6	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	2,8	1,7	4,5	2,4	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,9	4,1	9,6	6,1	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	1,2	0,3	2,5	1,7	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,3	0,2	0,4	0,2	0,6	0,2	1,7	0,2
Efeito de diversificação				(90,3)				(53,4)
Total	277,8	118,0	601,4	401,5	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

Valores em reais mil

Carteira de Negociação		Exposições	30/06/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			
		I	II	III	
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(1.003)	(24.937)	(49.594)	
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	252	(6.385)	(12.940)	
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(8.752)	(218.804)	(437.609)	
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(336)	(8.349)	(16.580)	
TR	Taxa do cupom de TR	371	(9.360)	(18.888)	
Ações	Preços de ações	1.116	(27.912)	(55.825)	
Total sem correlação		(8.352)	(295.749)	(591.435)	
Total com correlação		(5.682)	(201.207)	(402.372)	

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Valores em reais mil

Carteira de Negociação e Não Negociação		Exposições	30/06/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			
		I	II	III	
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(3.478)	(86.650)	(172.674)	
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(944)	(23.313)	(46.058)	
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	2.889	(72.220)	(144.440)	
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(5.209)	(126.735)	(246.557)	
TR	Taxa do cupom de TR	(5.756)	(140.859)	(275.576)	
Ações	Preços de ações	4.580	(114.512)	(229.024)	
Total sem correlação		(7.917)	(564.287)	(1.114.329)	
Total com correlação		(5.386)	(383.902)	(758.113)	
Total sem correlação - área industrial (**)			(963)	(1.053)	

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

(**) Inclui exposições em moeda estrangeira, taxa de juros e preços.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc);

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando, por produtos, o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	30/06/2012						31/12/2011					
	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	246.744	139.907	82.147	213.109	73.153	755.060	236.921	142.241	90.272	221.640	54.756	745.830
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.422	3.650	3.167	2.642	-	24.881	18.911	3.226	3.247	2.177	260	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	62.251	35.394	-	-	-	97.645	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
Depósitos Compulsórios no Banco Central	73.909	-	-	-	-	73.909	98.053	-	-	-	-	98.053
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	22.975	6.808	15.557	63.244	17.028	125.612	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor	209	-	-	-	-	209	186	-	-	-	-	186
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.458	4.456	6.169	17.508	25.208	60.799	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	33	119	133	2.831	3.116	87	-	33	190	2.795	3.105
Derivativos	1.976	3.274	1.686	3.560	701	11.197	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	62.544	86.292	55.449	126.022	27.385	357.692	53.949	88.988	52.947	127.828	22.552	346.264
Passivos Remunerados	163.650	61.112	52.920	224.535	51.050	553.267	167.707	69.188	47.978	220.222	51.727	556.822
Depósitos de Poupança	73.056	-	-	-	-	73.056	67.170	-	-	-	-	67.170
Depósitos a Prazo	19.871	16.735	9.916	70.725	3.626	120.873	30.918	19.167	11.475	79.542	3.367	144.469
Depósitos Interfinanceiros	3.242	3.799	2.432	213	-	9.686	665	683	445	272	-	2.065
Mercado Aberto	56.430	8.598	12.142	-	20.003	97.173	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
Mercado Interbancário	5.745	25.149	20.641	39.267	3.876	94.678	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
Mercado Institucional	922	5.427	5.549	23.843	22.807	58.548	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807
Derivativos	1.512	1.361	2.170	3.435	700	9.178	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	43	70	478	38	629	48	854	901	697	315	2.815
Passivos de Planos de Capitalização	2.872	-	-	-	-	2.872	2.838	-	-	-	-	2.838
Diferença ativo/passivo (2)	83.094	78.795	29.227	(11.426)	22.103	201.793	69.214	73.053	42.294	1.418	3.029	189.008
Diferença Acumulada	83.094	161.889	191.116	179.690	201.793		69.214	142.267	184.561	185.979	189.008	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	11,0%	21,4%	25,3%	23,8%	26,7%		9,3%	19,1%	24,7%	24,9%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre os vencimento de todos os ativos e passivos remunerados, na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

30/06/2012					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	5.783	324	58	2.597	8.762
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	-	2.196	2.196
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.339	1.516	-	1.582	13.437
Aplicações em Mercado Aberto	843	-	-	90	933
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.439	630	-	291	5.360
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	209	-	-	209
Derivativos	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	44.708	85	-	3.745	48.538
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	563	-	-	-	563
Operações de Crédito, líquida	47.946	4.904	1	23.107	79.998
TOTAL DO ATIVO	114.621	7.668	59	33.608	155.956

30/06/2012					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	44.793	1.963	389	24.417	71.562
Captações no Mercado Aberto	7.713	-	-	207	7.920
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	736	-	-	736
Derivativos	-	-	-	-	-
Recursos de Mercados Interbancários	24.368	809	1	2.420	27.598
Recursos de Mercados Institucionais	46.825	3.476	-	1.622	51.923
TOTAL DO PASSIVO	123.699	6.984	390	28.666	159.739

POSIÇÃO LIQUÍDA	(9.078)	684	(331)	4.942	(3.783)
------------------------	----------------	------------	--------------	--------------	----------------

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	104.043	8.489	2.898	30.954	146.384

31/12/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	121.407	9.915	411	22.996	154.729

POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.364)	(1.426)	2.487	7.958	(8.345)
------------------------	-----------------	----------------	--------------	--------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 9, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 446,2 bilhões (R\$ 448,1 bilhões 31/12/2011), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 30,2% do total, ou R\$ 134,8 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/06/2012			31/12/2011		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	127.530	234.975		127.686	242.638	
Recursos à Vista	31.361	31.361	7,0	28.933	28.933	6,5
Recursos de Poupança	73.056	73.056	16,4	67.170	67.170	15,0
Recursos a Prazo	19.871	120.872	27,1	30.917	144.469	32,2
Outros Recursos	3.242	9.686	2,2	666	2.066	0,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	2.876	54.296	12,2	4.862	51.557	11,5
Recursos de Emissão Própria (2)	3.659	113.159	25,4	2.913	114.155	25,5
Dívida Subordinada	779	43.746	9,8	60	39.715	8,9
Total	134.844	446.176		135.521	448.064	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o primeiro semestre de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 86,4 bilhões e representavam 64,1% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 19,4% do total de recursos e 15,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	30/06/2012	31/12/2011
	%	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	64,1	59,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	19,4	18,0
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,4	15,4

Adicionalmente, apresentamos os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

R\$ Milhões

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	30/06/2012					31/12/2011				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
ATIVO (1)										
Disponibilidades	13.614	-	-	-	13.614	10.633	-	-	-	10.633
Aplicações em Instituições Financeiras	75.575	28.761	2.711	247	107.294	68.277	36.721	2.295	287	107.580
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	35.763	-	-	-	35.763	25.438	-	-	-	25.438
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	24.389	21.301	-	-	45.690	23.948	29.706	-	-	53.654
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.423	7.460	2.711	247	25.841	18.891	7.015	2.295	287	28.488
Títulos e Valores Mobiliários	42.438	9.069	9.477	87.268	148.252	50.127	5.368	3.979	54.096	113.570
Títulos Públicos - Livres	37.008	-	-	-	37.008	44.741	-	-	-	44.741
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	606	3.621	4.039	53.118	61.384	686	1.779	916	23.210	26.591
Títulos Privados - Livres	4.818	5.198	5.364	31.636	47.016	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	6	250	74	2.514	2.844	7	290	731	2.238	3.266
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.978	4.958	1.346	2.915	11.197	2.277	3.672	960	1.845	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	48.054	142.380	75.084	122.869	388.387	48.966	133.015	78.609	110.750	371.340
	181.659	185.168	88.618	213.299	668.744	180.280	178.776	85.843	166.978	611.877

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 73.909 (R\$ 98.053 em 31/12/2011) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 29.

(2) Subtraído o valor de R\$ 11.432 (R\$ 7.227 em 31/12/2011), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista de R\$ 23.723 (R\$ 25.749 em 31/12/2011).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	30/06/2012					31/12/2011				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
PASSIVO										
Depósitos	121.839	39.166	23.677	78.850	263.532	122.173	38.410	33.101	67.913	261.597
Depósito a Vista	31.361	-	-	-	31.361	28.933	-	-	-	28.933
Depósito Poupança	73.056	-	-	-	73.056	67.170	-	-	-	67.170
Depósito a Prazo	13.915	32.809	23.592	78.746	149.062	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371
Depósito Interfinanceiros	3.507	6.357	85	104	10.053	647	1.171	198	107	2.123
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Compulsórios	(34.332)	(11.717)	(7.815)	(20.045)	(73.909)	(39.562)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(98.053)
Depósito a Vista	(8.756)	-	-	-	(8.756)	(9.939)	-	-	-	(9.939)
Depósito Poupança	(20.506)	-	-	-	(20.506)	(18.843)	-	-	-	(18.843)
Depósito a Prazo	(5.070)	(11.717)	(7.815)	(20.045)	(44.647)	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)
Captações no Mercado Aberto (1)	59.025	22.353	45.526	91.514	218.418	56.618	24.205	45.139	91.587	217.549
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	3.570	25.294	13.920	18.321	61.105	4.365	25.714	12.998	13.274	56.351
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	3.875	25.794	9.438	23.301	62.408	3.339	25.276	10.617	24.484	63.716
Dívidas Subordinadas (4)	827	6.248	5.523	47.154	59.752	69	11.338	3.174	40.941	55.522
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.511	3.532	1.191	2.944	9.178	1.526	2.609	885	1.727	6.747
	156.315	110.670	91.460	242.039	600.484	148.528	111.762	91.963	211.176	563.429

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

O quadro acima não inclui o efeito financeiro sobre a liquidez dos avais, fianças e outros compromissos de crédito, uma vez que esses possuem uma probabilidade de 0,11% de concretização, de acordo com dados históricos em relação aos valores de referencia (*notional*) (Nota 35.5).

NOTA 35 – EVENTOS SUBSEQUENTES**a - Associação com o Banco BMG S.A.**

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados.

A Associação será estruturada como um novo negócio do Itaú Unibanco e do BMG por meio da utilização de instituição financeira cuja denominação social será Banco Itaú BMG Consignado S.A, na qual o Itaú Unibanco deterá o controle, por meio da participação de 70% (setenta por cento) no capital social total e votante, e BMG deterá os 30% (trinta por cento) remanescentes. O capital social inicial da instituição será de R\$ 1 (um) bilhão, a ser subscrito pelos acionistas na proporção acima referida. A conclusão da operação depende de aprovação do BACEN.

b - Emissão de Notas Promissórias.

Em 13 de julho de 2012 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 400 milhões, com remuneração de 104,40% do CDI, com opção de resgate antecipado, parcial ou integral, a seu exclusivo critério, a partir do 31º dia e vencimento em 28 de março de 2013. Os recursos captados serão destinados ao reforço do capital de giro da Itaúsa.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia"), em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado"), em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de agosto de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ. 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao 2º trimestre de 2012, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 6 de agosto de 2012.

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI
Presidente

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA
Conselheiro

PAULO RICARDO MORAES AMARAL
Conselheiro

